

2024

MOÇÃO DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA GLOBAL

UM NOVO FUTURO.

▶▶ FRANCISCO CÉSAR



AÇORES





“Comprometo-me convosco, comprometo-me com um Novo Futuro para o Povo Açoriano”¹

Francisco Vale César

Dedicado ao meu filho Afonso.

¹ Inspirado no Acceptance Speech to the 1932 Democratic Convention de Franklin Delano Roosevelt: “I pledge you, I pledge myself, to a New Deal for the American People.”



Contributos de

André Contente
André Franqueira Rodrigues
Alexandre Pascoal
Bruno Pacheco
Carlos João Pereira
Carlos Silva
Catarina Ávila
Célia Pereira
Duarte Ponte
Eugénio Leal de Freitas
Graça Silva
Gui Menezes
Ilda Baptista
Isabel Almeida Rodrigues
João Couvaneiro
José Couto
Luís Leal

Luís Oliveira
Luís Paulo Alves
Luísa César
Lurdes Alfinete
Mariana Matos
Marlene Damião
Miguel Fragoso
Paula Andrade
Pedro Almeida
Pedro Delgado Alves
Pedro Vaz
Rafaela Seabra Teixeira
Renata Correia Botelho
Ricardo Silveira Cabral
Russel Sousa
Suzete Frias
Vítor Fraga
entre outros...



1. UM NOVO FUTURO.....	5
2. UM NOVO FUTURO PARA TODAS AS GERAÇÕES	8
2.1. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PARA TODOS: UM DESAFIO DE TODA A SOCIEDADE	8
2.2. HABITAÇÃO PARA TODOS.....	13
2.3. RENDIMENTO E TRABALHO DIGNO	16
2.4. SAÚDE EFICIENTE, ACESSÍVEL E UNIVERSAL	17
2.5. NOVAS POLÍTICAS SOCIAIS	20
2.6. NOVO MODELO DE ACESSIBILIDADES AÉREAS, MARÍTIMAS E DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS.....	24
3. UMA NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS ECONÓMICAS E DE DESENVOLVIMENTO	30
3.1. AGRICULTURA.....	32
3.2. PESCAS	34
3.3. TURISMO.....	36
3.4. GOVERNO DE FOMENTO.....	38
3.5. NOVO PAPEL DO SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL.....	39
3.6. SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA E LEGISLATIVA.....	40
NOVAS ECONOMIAS O 4.º PILAR DE DESENVOLVIMENTO.....	41
3.7. CIÊNCIA.....	41
3.8. MAR	43
3.9. DIGITAL.....	45
3.10. INVESTIMENTO EXTERNO E INTERNACIONALIZAÇÃO.....	47
3.11. DESCARBONIZAÇÃO, TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E AMBIENTE	50
4. UM NOVO FUTURO PARA A AUTONOMIA.....	54
4.1. TRANSPARÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DA GOVERNAÇÃO	54
4.2. QUALIFICAÇÃO, DESBUROCRATIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E CONFIANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	55
4.3. REFORMA DAS INSTITUIÇÕES E DA AUTONOMIA.....	61
4.4. COMUNICAÇÃO SOCIAL FORTE E SUSTENTÁVEL	63
4.5. CULTURA E PATRIMÓNIO.....	65
4.6. ABERTURA E REFORMA DO PS/AÇORES.....	69





1. UM NOVO FUTURO.

O PS teve responsabilidades governativas em 24 dos últimos 28 anos.

O projeto “**Nova Autonomia**” trouxe **estabilidade** e **segurança** financeira e novas **competências** à Região Autónoma dos Açores, saneou as contas públicas, “harmonizou” e projetou o desenvolvimento e o crescimento de todas as nossas ilhas, abriu a nossa Região ao exterior, acrescentando novas ideias e mentalidades ao potencial regional, **diversificou** com uma “**nova economia**” e robusteceu e modernizou a “**velha economia**”. Simultaneamente, colocou em execução uma nova geração de políticas educativas e de inclusão social que trouxeram mais **igualdade** de oportunidades e **liberdade** a **TODOS** os Açorianos.

Apesar de termos enfrentado várias calamidades naturais que consumiram boa parte dos recursos financeiros disponíveis, uma “grande recessão” económica internacional, uma intervenção externa restritiva para saneamento das contas públicas nacionais, uma pandemia sem paralelo nos últimos 100 anos e uma crise inflacionista à escala global, é um facto que, neste ciclo, os **Açores assistiram ao maior período de desenvolvimento da sua história**, ultrapassando em riqueza várias regiões do país e convergindo com a União Europeia.

O balanço da nossa história é um património que nos orgulha e nos enriquece, mas também, permite-nos retirar ensinamentos sobre o que correu bem, o que não resultou e o que, pura e simplesmente, se esgotou ou se desatualizou com o decorrer do tempo.

Em boa verdade, também pelos motivos já referidos, há muitas medidas e posições do PS no passado que perderam atualidade ou que já não fazem sentido face à realidade e face ao Novo Futuro que queremos para a nossa terra. Outras há, designadamente, ao nível das funções sociais do Estado, que merecem renovado empenho da nossa parte.

O pior erro em o Partido Socialista/Açores poderá incorrer, nesta nova fase da sua história, é fazer do seu futuro, a defesa do nosso passado. **O nosso passado é a identidade de que não abdicamos**, todavia, tal não significa que não devamos fazer evoluir as nossas políticas, discutir novos rumos para a Autonomia e, até, em alguns casos assumir ruturas.





Somos o PS, o partido da Autonomia, cosmopolita e universalista, que coloca no centro da sua ação as Pessoas, através da promoção e da defesa da liberdade, da igualdade de oportunidades e da justiça social.

Que **rejeita** uma visão divisionista de uma sociedade individualista, de uma Região **bairrista**, de ilhas voltadas de costas umas para as outras.

Que acredita que só há verdadeiro **Desenvolvimento**, quando temos uma **Democracia** madura e transparente, uma prioridade para **Educação para TODOS** com qualidade, uma **Cultura** aberta, inclusiva e acessível e uma **Comunicação Social** livre e economicamente sustentável.

Somos o partido que acredita que a **comunidade** em que nos inserimos só será plena quando houver verdadeira **Dignidade** para com o ser humano: dignidade no acesso ao trabalho; dignidade no rendimento; dignidade na velhice; dignidade no acesso à habitação; dignidade no acesso à saúde.

Não temos de nos conformar com a ideia de que somos e seremos um Povo, de emigrantes, de pobres, de pouca instrução, com problema histórico de dependências, violência doméstica, de pouca economia e, em tudo, ultraperiférico e dependente da solidariedade exterior.

Os Açores podem e devem ter uma nova atitude e uma nova ambição para o seu Futuro. Não nos basta recuperar o tempo perdido ou posições de desenvolvimento face a outras Regiões. **Ambicionamos, no espaço de uma geração**, recuperar e dar a esperança que motiva o contrato social e **liderar**, positivamente, no país **os indicadores económicos e sociais**. Queremos que os nossos jovens acreditem que vale a pena o esforço de se qualificarem e de trabalharem para serem o que sonharam e a Região deve propiciar-lhes esta oportunidade, seja nos Açores, seja no exterior.

A nova política que queremos implementar, não se preocupa se os **nossos jovens** vão para fora da Região se qualificar ou conhecer novos mundos, - antes pelo contrário, devemos incentivar essa possibilidade. O que nos deve motivar, verdadeiramente, **é que esses jovens possam, mais cedo ou mais tarde, caso desejem, ter a possibilidade de regressar**, aplicar o que aprenderam e conheceram, construir uma família e serem felizes na nossa terra.

Mas, para que isso aconteça, precisamos de muito **mais e de melhor Economia**, que produza riqueza sustentada e emprego qualificado. Precisamos de **um novo modelo económico**,





diversificado, aberto e sustentável, com uma elevada participação de **investimento externo**, que agregue os nossos fatores diferenciadores e aposte na **criação de valor** nos 3 sectores **económicos tradicionais**, (agricultura, pescas e turismo), e **acrescente**, um **4.º pilar económico** - fundamental para o que pretendemos: as Novas Economias, do Mar, do Digital e da Descarbonização e da Transição Energética.

Com a escassez de recursos financeiros públicos e privados existentes na Região é preciso fazer escolhas e **estabelecer prioridades** de investimento para **maximizar** as possibilidades de **desenvolvimento económico, social e ambiental**. A existência de **um verdadeiro Governo dos Açores desburocratizado, de fomento económico, especializado e de resposta ágil perante os investidores**, que canalize os poucos recursos existentes para as prioridades da economia, assume um papel primordial neste modelo.

Em suma, queremos trabalhar para aquilo que os Açores verdadeiramente precisam:

Um Novo Futuro.





2. UM NOVO FUTURO PARA TODAS AS GERAÇÕES

2.1. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PARA TODOS: UM DESAFIO DE TODA A SOCIEDADE

Reduzir a taxa de Abandono Escolar Precoce de Educação e Formação (situação dos indivíduos, na faixa etária entre os 18 e os 24 anos, que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar nenhum sistema de educação e/ou formação) **é um dos maiores desafios dos Açores.**

Esta é uma situação que tem sérias implicações em economias pequenas como a nossa, conduzindo a problemas de excessiva dependência de prestações sociais e desemprego, precariedade, exclusão social e pobreza.

Atualmente, os Açores não têm uma estratégia de prevenção e de combate ao Abandono Escolar Precoce de Educação e Formação, nem qualquer outro plano específico, mas almejam atingir daqui a 6 anos, os 15% de abandono precoce. No nosso entendimento, há pouca ambição nestes domínios e medidas avulsas que se confinam a uma perspetiva de mitigação de danos. Não há trabalho articulado, que envolva todos os parceiros sociais, IPSS, Governo Regional e autarquias. Não há, já houve, mas foi interrompido, em 2020.

As metas estabelecidas pela União Europeia para 2030, no que respeita à redução do Abandono Escolar Precoce de Educação e Formação correspondem a uma percentagem inferior a 9%. Atualmente (dados 2023), os Açores têm 21,7%; Portugal continental 8% e a Madeira 9,3%.

Numa retrospectiva sobre a situação nos Açores, nos últimos 10 anos, verifica-se que este indicador registou uma descida de 14,1 p.p. não sendo despidendo referir que, nestes 10 anos, passou por um período de aparente estagnação, nomeadamente nos anos de 2017 (27,8%); 2018 (28,3%), 2019 e 2020 (27%), descendo em 2021 para 23,2%, subindo novamente em 2022 para 26,5% e voltando a descer em 2023 para os atuais 21,7%.

As baixas taxas de literacia, nas suas diferentes formas, são frequentemente sintoma de comunidades profundamente injustas e desiguais, onde as limitações ao desenvolvimento humano,





social, económico e cultural se assumem como lastro, que a todos afeta e se revela difícil de transpor. No entanto, o desconhecimento e a miséria não podem ser fatalismos na sociedade por que pugnamos. Ultrapassar esses atavismos requer investimentos significativos, bem como sólidos compromissos políticos.

É com essa determinação que o PS assume a aposta de, no espaço temporal de uma geração, colocar a Região na liderança dos principais indicadores de educação e formação.

Visando contribuir para a redução dos baixos níveis de escolaridade e de aproveitamento escolar, a estratégia a desenvolver será centrada em políticas participadas, co-construídas, integradas e integradoras, que se concretizarão através de parcerias entre o Governo, os Municípios, as Freguesias, a Sociedade Civil, as Instituições Particulares de Solidariedade Social, as Empresas e o Movimento Associativo Cultural e Desportivo.

A aposta na Educação tem de ser o desígnio regional. Só assim podemos vencer a desigualdade estrutural que condiciona o nosso desenvolvimento e potencia iniquidades que tendem a perdurar no tempo.

O que pretendemos:

- **Alargar a frequência da Educação Pré-Escolar**, porque ela é um bom preditor de desenvolvimento social e pessoal, assim como de combate às desigualdades sociais, constituindo-se como medida de longo alcance e, naturalmente, de prevenção do Abandono Precoce;
- **Criar uma Rede Social Educacional**, que previna e combata o Abandono Escolar Precoce de Educação e Formação. Será uma rede de trabalho comum com a participação do Governo, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, IPSS e Associações Desportivas e Culturais. Esta Rede multidisciplinar deve trabalhar com crianças e famílias para superar barreiras à frequência, participação e retenção escolar, bem como em estreita colaboração com escolas, serviços de apoio educativo e ação social escolar;
- **Implementar Sistemas de Alerta Precoce** nas escolas para prevenir situações de abandono;
- Incluir no currículo das crianças e jovens competências para a vida profissional e o empreendedorismo;





- Incentivar a criação de uma Rede Regional de Iniciativas de Educação de Segunda Oportunidade;
- **Fomentar a ideia de escola a tempo inteiro**, que valorize, não apenas as dimensões cognitivas e disciplinares, mas que promova o desenvolvimento integral das crianças e jovens, através de atividades de enriquecimento curricular diversificadas e que atendam às necessidades, motivações e talentos dos estudantes. Pretende-se, por esta via, complementar a formação escolar, incentivando também o desenvolvimento de competências sociais, culturais e desportivas;
- **Promover atividades de tempos livres** que valorizem a saúde física e emocional, através da atividade física e da prática desportiva, que mobilizem a capacidade instalada pública e associativa;
- **Fomentar programas de desporto escolar**;
- **Valorizar a educação pela arte**, expandindo os programas de ensino artístico, como forma de promover a dimensão criativa, mas também a sensibilidade estética e artística. Tais medidas serão concretizadas por via do reforço do ensino artístico articulado de artes performativas (música, dança e teatro), da realização de cursos livres de artes plásticas (desenho, pintura, escultura e cerâmica), assim como de residências artísticas em escolas e situações pontuais como oficinas de experimentação, que valorizem a dimensão interdisciplinar das artes;
- **Reforçar os recursos digitais**, a conectividade nos contextos educativos e disponibilizar o acesso a formações que contribuam de forma especial para o desenvolvimento de competências no domínio das tecnologias digitais, com atenção especial ao impacto que a inteligência artificial tem nos processos de aprendizagem e desenvolvimento;
- Apoiar a **expansão de iniciativas comunitárias de aprendizagem**, como grupos de estudo, clubes de leitura e oficinas de artes e ofícios, como forma de promover a educação não formal e informal;
- Apoiar o **desenvolvimento de projetos educativos das escolas** que atendam às características das comunidades que servem.

Defendemos, pois, uma Escola de Futuro! Uma Escola que promova a aprendizagem ao longo da vida, que assuma novas formas de literacia, incluindo a digital; uma escola que promova a aprendizagem partilhada para o fomento de competências diversas, talentos e potencialidades de





todos, sem excluir ninguém; uma Escola aberta às comunidades; uma Escola aberta ao futuro para que possa ser, ela própria, indutora de um **Novo Futuro** para os Açores!

Ensino Profissional

O Ensino Profissional não está excluído da Escola de Futuro que o PS quer para os Açores! É preciso desmistificar a ideia de que é um ensino destinado a alunos com dificuldades no ensino regular.

É necessário **valorizar o Ensino Profissional**, em articulação com os municípios, empregadores, escolas, famílias, jovens, IPSS's e Associações Desportivas e Culturais, consubstanciada numa visão partilhada sobre a localização das escolas, a organização e mobilização de recursos, a qualidade, a diversificação e a complementaridade da oferta, das possibilidades de emprego e/ou de prosseguimento de estudos.

O PS apostará na qualificação dos jovens, com os olhos postos nos níveis de qualificação tipificados, sem descuidar a necessidade de qualificar os jovens com as *softskills* que lhes serão úteis durante a vida toda — a perseverança, a resolução de problemas, a comunicação, o trabalho em equipa — como passaportes para um **Novo Futuro** que se quer e precisa com mais oportunidades.

O que pretendemos:

- **Desenvolver** uma **Estratégia para o Ensino Profissional** nos Açores, claramente direcionada;
- **Desenvolver** uma política de **Educação e Qualificação “especializada”**, de acordo com as necessidades do Mercado Interno e Externo, potencializando e alocando recursos financeiros dos fundos comunitários de modo a alcançar a meta de 60% da população ativa frequentar, pelo menos, uma vez por ano ações de formação profissional;
- **Criar Centros de Educação** contínua e aprendizagem ao longo da vida em **todas as ilhas dos Açores**, que facilitem a atualização de conhecimentos e competências para profissionais e onde seja possível disponibilizar formação em diversas áreas, como as tecnologias, as competências empresariais, a cultura, as línguas e as artes;
- Dotar as estruturas de educação e formação, (Escolas da rede pública e Escolas profissionais) de Recursos Humanos e Técnicos, que permitam, desenvolver e operacionalizar medidas e projetos inovadores, adequados aos públicos-alvo.





Ensino Superior

No âmbito do ensino superior, os poderes públicos devem criar condições para **que Universidade dos Açores possa desempenhar um novo papel, na sua multipolaridade**, contribuindo para que esta se afirme cada vez mais como centro de excelência e inovação, com um maior foco em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional, como as ciências do mar, a agricultura, as tecnologias digitais, a saúde, as energias renováveis, as indústrias culturais e o turismo sustentável, entre outras.

A Universidade dos Açores pode e deve ser também um espaço de iniciativa, impulso e apoio à criação, especialização e inovação empresarial.

Por outro lado, devemos **desenvolver uma estratégia de captação de universidades de referência** para desenvolverem a sua atividade e promoverem a transferência de saberes, quer com o estabelecimento de parcerias com a Universidade dos Açores, quer de forma autónoma.

O que pretendemos:

- Desenvolver **parcerias estratégicas com universidades de renome fora dos Açores**, para intercâmbio de conhecimento, projetos conjuntos de investigação e desenvolvimento, promover a excelência pedagógica e programas de mobilidade para estudantes e professores;
- Apostar **no ensino superior como sector exportador**, atraindo ao arquipélago jovens de todo o mundo e que possam contribuir para alavancar a economia regional;
- Criar uma **estrutura de Apoio/Gabinete aos jovens açorianos que estejam a estudar**, descentralizado por todas as ilhas (podendo ser aproveitada a rede da RIAC) com um conjunto de respostas/recursos, informações, serviços especializados e orientação, associado a uma ferramenta tecnológica (APP).
- **Reforçar os programas de bolsas de estudo** e apoio financeiro para estudantes açorianos que desejam frequentar universidades e escolas profissionais fora da Região, promovendo a diversidade de experiências educativas e o retorno de conhecimento para os Açores;





- **Ampliar o investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D)**, assumindo como **meta 3%** do PIB Regional (no espaço de uma geração), sendo **2%** de investimento público e **1%** de investimento privado;
- Incentivar a **criação de centros de incubadoras e aceleradoras de start-ups**, que se constituam como *spinoffs* de projetos de investigação e trabalhos académicos. No âmbito de parcerias entre a Universidade, o Governo, os Municípios e o sector privado será fomentado o desenvolvimento de um ecossistema robusto de inovação e empreendedorismo.

2.2. HABITAÇÃO PARA TODOS

Habitação como um direito humano é a nossa referência para a ação. **Uma nova política de habitação** para responder não só a quem tem carências económicas, mas também, a todos aqueles que, independentemente da sua idade e condição social, não têm capacidade para aceder a uma habitação por falhas do mercado.

A dificuldade no acesso à habitação não é hoje apenas um problema que se coloca às pessoas com menos rendimentos. Tornou-se num fenómeno transversal ao mundo ocidental, e atinge fortemente a Europa. A evolução do mercado imobiliário, associada à dramática subida de juros, colocou muitas famílias em situação de grande dificuldade, no que respeita ao cumprimento tempestivo do pagamento das suas prestações de crédito bancário.

Paralelamente, assistimos, ao longo do tempo, à entrada de muitas habitações no mercado do alojamento local, circunstância que veio penalizar a oferta ao nível do mercado de arrendamento, em particular nos meios urbanos. Acresce, ainda, em demasiadas situações, a grande disparidade entre o nível de rendimento das famílias e o preço da habitação, seja ao nível da compra, seja ao nível do arrendamento.

Para o PS/Açores, **uma habitação digna e que proporcione níveis de conforto adequados** aos agregados familiares e às suas necessidades específicas **deve ser condição indispensável da garantia de boas condições de vida e de coesão social**. Para tanto, e face aos constrangimentos existentes hoje no mercado de habitação, há a necessidade de **redefinir políticas públicas** que ampliem a oferta disponível a preços acessíveis.





A procura de soluções no âmbito da União Europeia, particularmente ao nível do financiamento, não dispensa, antes exige, um levantamento apurado das necessidades que deverá enformar a tomada de decisão ao nível do planeamento do investimento público, no contexto do Plano Europeu para a Habitação Acessível, que defendemos ser indispensável no âmbito do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Fatores como a subida das taxas de juros e do custo de vida, as crescentes disparidades sociais e económicas e as dificuldades na construção de novas moradias ou de aquisição de loteamentos são exemplos concretos que demonstram a enorme dificuldade no acesso à habitação não só por parte das classes mais desfavorecidas, mas também da classe açoriana. Por outro lado, acreditamos que a emancipação dos jovens açorianos só é alcançada quando estes conseguem aceder, à semelhança do emprego, de habitação digna, sendo estes também fatores decisivos quando é colocada a hipótese de emigração ou, no caso dos que já emigraram, se possuem condições para regressar.

Além **do aumento do parque habitacional público**, as administrações regional e local deverão ser capazes de **otimizar e uniformizar os licenciamentos necessários à habitação, diminuindo barreiras burocráticas**, assim como, deverão **estabelecer incentivos para os investimentos de promotores que se proponham a construir habitações** para venda a preços acessíveis, ou que se destinem ao arrendamento de longa duração. As entidades públicas poderão ainda dar outro contributo, que passa pela avaliação e recuperação dos seus imóveis devolutos, que são significativos, promovendo a sua reconversão para habitação.

Ainda do lado da oferta, não poderão ser desconsideradas as hipóteses no âmbito da formação de Parcerias Público-Privadas ou de incentivo a cooperativas para a construção de habitação acessível, que permitam uma rápida alavancagem do número de habitações disponíveis no mercado. A falta de habitação para estudantes é também uma realidade nos maiores centros urbanos dos Açores. A **construção de residências para estudantes para além das que estão previstas** (novas ou através da reabilitação de imóveis) deverá ser incluída nos sistemas permanentes de apoios disponíveis. Poderão ainda ser adotadas medidas inovadoras, e já experimentadas noutros pontos do país, como o desenvolvimento de programas para o acolhimento de estudantes em casas de idosos que vivam sozinhos.





Para o PS/Açores é **indispensável que a Região disponha de uma bolsa robusta de imóveis** destinados a habitação mediante **arrendamento de média ou longa duração**, que seja acessível às pessoas da **classe média** que não podem ou não querem comprar casa. Mas também àqueles a quem, podendo manter a sua independência, não conseguem, na situação de reforma recorrer ao mercado privado de arrendamento.

Para o **Novo Futuro** que queremos nos Açores, para a ambição de termos uma verdadeira sociedade de bem-estar, que olhe para as dificuldades como obstáculos que têm de ser ultrapassados e não como inevitabilidades com as quais temos de lidar, **a Habitação torna-se uma prioridade.**

O que pretendemos:

- Realizar em conjunto com as autarquias um **levantamento detalhado das habitações devolutas e degradadas** do parque habitacional da RAA;
- Apostar em **parcerias publico/privadas/cooperativas** para construção de habitação;
- **Simplificar** do ponto de vista administrativo o **processo de construção**;
- **Facultar condições especiais ao sector privado** para construção de habitação a preços acessíveis para a classe média, através de um **fundo para a Habitação a Preços acessíveis** (este fundo visa complementar as necessidades de financiamento do promotor a taxas de juro bonificadas);
- Criar mecanismos para a **requalificação imobiliária em colaboração com os proprietários**;
- **Criar um verdadeiro parque público habitacional da RAA**, quer pela construção de novos loteamentos para que inclua várias classes sociais, quer pelo aproveitamento e remodelação dos existentes;
- Desenvolver uma **plataforma regional para a Habitação**, que agregue no mesmo espaço virtual toda a informação relativa a cada um dos municípios por forma a que qualquer promotor, empresarial ou particular, possa aceder facilmente a todas as medidas de apoio existentes na Região para o apoio à Habitação, bem como à oferta disponível.





2.3. RENDIMENTO E TRABALHO DIGNO

O modelo de desenvolvimento assente em baixos salários está esgotado e não serve o País, ainda menos a Região. O aumento geral dos salários é um elemento que impulsiona a produtividade e há condições objetivas para que esse aumento tenha impacto direto e imediato na vida dos trabalhadores. Contrariamente à narrativa neoliberal, que promoveu uma intensa desregulação e a desproteção do trabalho, o ciclo de governação do PS, designadamente, com sucessivos aumentos do salário mínimo nacional, veio comprovar que o direito a um trabalho digno e o aumento dos rendimentos não são um entrave ao crescimento da Economia. Pelo contrário, foram bem expressivos os efeitos positivos que os aumentos nos salários e nas pensões têm na economia do País.

O aumento do Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional e a sua repercussão nos restantes salários, nomeadamente, na subida do salário médio, à semelhança do que acontece com a Remuneração Complementar para os funcionários públicos na Região, é um investimento com retorno a par do estabelecimento de **um Acordo Geral de Subida de Rendimentos** a propor por um governo do PS e a negociar em concertação social. A melhoria dos rendimentos dos trabalhadores e das suas famílias contribui decisivamente para uma mais justa distribuição da riqueza, para o aumento da produção, para a subida dos níveis de vendas das empresas, para a criação de mais emprego, em síntese, para o crescimento da economia e o desenvolvimento económico e social da Região.

Por outro lado, a realidade em matéria de **contratação coletiva** caracteriza-se pela manutenção dos bloqueios no exercício de um dos mais importantes direitos constitucionais fundamentais atribuídos aos sindicatos, sendo que, neste âmbito, **o PS/Açores não deixará de assumir o seu papel histórico, progressista e trabalhista por forma a garantir o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador.**

Do mesmo modo, é ainda importante o combate efetivo ao trabalho precário e ilegal, dando prioridade à proteção dos trabalhadores, através de um **verdadeiro Plano Regional de Combate ao Trabalho Precário.**

Em suma: a reintrodução do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador, o aumento geral dos salários, a efetivação do direito de igualdade entre mulheres e homens, a valorização das





profissões e das carreiras profissionais são elementos determinantes para assegurar, também neste domínio, **um Novo Futuro com mais justiça social nos Açores.**

O que pretendemos:

- Implementar uma Agenda Açoriana do Trabalho Digno ;
- Aumentar o acréscimo do Salário Mínimo Regional;
- Promover a Contratação Coletiva;
- Reforçar o papel do sindicalismo;
- Atrair quadros qualificados e fomentar o regresso dos nossos jovens que se formaram no exterior;
- Cumprir o princípio de que a um posto de trabalho permanente tem de corresponder um vínculo efetivo, com a consequente efetivação dos trabalhadores que ocupam postos de trabalho de natureza permanente.

2.4. SAÚDE EFICIENTE, ACESSÍVEL E UNIVERSAL

Pretendemos ter uma **Saúde de proximidade**, mais humanizada e menos institucionalizada, reformando o Serviço Regional de Saúde, por forma a que este seja capaz de responder aos desafios da modernidade, ao aumento da procura, à evolução demográfica e ao aumento das patologias crónicas.

Ao longo dos últimos anos, a Europa tem-se confrontado com intensas alterações demográficas, sociais e de saúde onde Portugal e a RAA não são exceção.

O envelhecimento da população leva, necessariamente, a um aumento do número de doenças crónicas, o que faz com que a procura por cuidados de saúde aumente, bem como a exigência de cuidados contínuos e mais prolongados.





Em 2019, num estudo realizado pelo Instituto Ricardo Jorge, concluiu-se que 3,9 milhões de indivíduos em Portugal tinham pelo menos uma doença crónica². Esta situação coloca uma grande pressão nos serviços de saúde que se veem confrontados com a dificuldade de ampliar a resposta de forma a cobrir todas as necessidades. É imperativo encontrar novos modelos organizacionais capazes de se adaptar a um novo paradigma de prestação de cuidados, no qual a cronicidade desempenha um papel central.

As respostas têm de ter um reforço da componente multidisciplinar, olhando para o doente como um todo.

"Esta problemática é também geradora de um aumento de custos."³ Segundo dados do INE, em 2022 a despesa pública corrente em saúde aumentou 6,6%, o que pode colocar em causa a sustentabilidade do sistema⁴. Neste sentido, a fragmentação de serviços que se verifica e que favorece a duplicação de cuidados, contribui para a ineficiência, para além ter um impacto negativo na experiência do utente⁵.

Uma saúde de proximidade, mais humanizada e menos institucionalizada, tendo em conta as determinantes de saúde da Região e de cada ilha em particular, só é possível com uma mudança, que conduza a um sistema de saúde integrado, transparente e compreensivo.

Para isso, é preciso reformar - a **Integração de Cuidados deve ser o mote**, construindo Unidades Locais de Saúde, tendo sempre em conta o utente no centro do sistema.

Para além disso, o número cada vez maior de idas às urgências faz com que esta área também deva ser repensada e reavaliada. Tendo em conta várias experiências quer a nível europeu quer no Continente, faz sentido pensar em **urgência referenciada** para a **urgência geral, pediátrica e ginecologia/obstetrícia**.

² INSA. Infográfico INSA – Doença crónica [Internet]. 2019. Available from: <https://www.insa.min-saude.pt/infografico-insa-doenca-cronica/>

³ Rui; Almeida Cláudia, Acompanhamento do modelo de implementação, desenvolvimento e monitorização das ULS, março 2024, Nova, ENSP

⁴ INE. Despesa em Saúde. Destaque. 2023.

⁵ Rui; Almeida Cláudia, Acompanhamento do modelo de implementação, desenvolvimento e monitorização das ULS, março 2024, Nova, ENSP





Por forma a responder a exigências cada vez maiores, os sistemas de saúde estão hoje obrigados a uma complexa articulação no âmbito funcional que demanda uma **integração/articulação** de áreas tão distintas como a área clínica, a área administrativa e financeira e ainda de informação.

Por isso, os mecanismos utilizados pela **dimensão funcional**, no sentido de promover a coordenação entre as atividades/funções desenvolvidas pelas organizações em saúde, tem forçosamente de passar pela:

Criação de programas de gestão da doença;

- Um único plano de atividades e de orçamento;
- Partilha de procedimentos administrativos;
- Integração dos dados clínicos;
- Implementação de sistemas de comunicação;
- Um único sistema de informação
- Formação de equipas interdisciplinares;
- Programas de formação envolvendo os diferentes profissionais de saúde
- Criação de sistemas de referência dos doentes.

É, por isso, fundamental que todos os sistemas comuniquem entre si e trabalhem de forma conjunta, materializando, assim, o objetivo de uma **integração sistémica de cuidados de saúde**⁶.

O que pretendemos:

- Criar **3 Unidades Locais de Saúde (ULS's) na RAA** com uma gestão de base populacional que se traduza num processo de melhoria dos resultados em saúde, através de uma melhor coordenação dos cuidados e do envolvimento dos doentes, apoiadas por modelos financeiros e de desburocratização de processos. Trata-se, portanto, de uma abordagem interdisciplinar com foco nas necessidades de uma população concreta. Cada Conselho de Administração integrará ainda um Diretor adjunto por cada ilha pertencente à ULS.

⁶ Santana R, Costa C. A integração vertical de cuidados de saúde: aspetos conceptuais e organizacionais [Vertical integration of healthcare: conceptual and organizational aspects]. Rev Port Saúde Pública [Internet]. 2008;7:29–56. Available from: <http://tinyurl.com/jblt37p>





- **Articular com os vários parceiros da comunidade**, nomeadamente, com as autarquias, e uma interligação mais próxima com a Academia, de modo que a Investigação e Inovação façam parte integrante do ecossistema;
- Criar o Centro de Prevenção e Controle de Doenças dos Açores;
- Normalizar o sistema de registo clínico das unidades de saúde;
- Estimular a produção cirúrgica acrescida;
- Instalar um equipamento de TAC nas ilhas sem hospital;
- Reforçar os cuidados domiciliários;
- Abrir o serviço de cuidados paliativos no HSEIT e no HH;
- Criar a carreira de bombeiro especialista em emergência pré-hospitalar;
- Formar uma equipa de primeira intervenção em cada município;
- Dotar a Região de 2 equipas médicas extra-hospitalares;
- Integrar a Linha Saúde Açores com a Linha de Emergência.

A desburocratização é também um fator crítico de sucesso por forma a otimizar recursos e focar o sistema para os seus objetivos nucleares

O que pretendemos:

- Certificados de incapacidade temporária a poderem ser passados no sector privado, no sector social e na urgência (deixando de ser exclusivamente competência dos Cuidados de Saúde Primários);
- Medicação para doentes crónicos disponíveis nas farmácias de proximidade;
- Alteração da validade das receitas e MCDT para 12 meses;
- Vacinação nas farmácias comunitárias;
- Acesso dos médicos das juntas médicas ao processo clínico eletrónico.

2.5. NOVAS POLÍTICAS SOCIAIS

É consensual a ideia de que o sucesso das políticas públicas, designadamente as dirigidas à redução da pobreza, incluindo a pobreza infantil, depende largamente dos contextos concretos em que são aplicadas e, também, da qualidade do trabalho desenvolvido pelos agentes dos diversos sistemas que devem ser chamados ao caso concreto, segundo um princípio de subsidiariedade.





Para o PS/Açores, as políticas sociais devem assentar em pilares sólidos de promoção do desenvolvimento pessoal e comunitário e de justiça social.

Para nós, socialistas, existe uma responsabilidade coletiva que obriga as entidades públicas, ainda que através de entidades privadas financiadas com fundos públicos, a suprir as insuficiências decorrentes do contexto pessoal, social, familiar de cada pessoa, de cada criança, de cada jovem, de cada trabalhador, de cada pessoa idosa. É este, em síntese, o significado de termos uma sociedade que verdadeiramente privilegia a igualdade de oportunidades.

Assumimos, sem qualquer reserva, que, ontem como hoje, existiram decisões, programas e investimentos que produziram resultados e outros que não produziram o resultado esperado e, outros, ainda, que se esgotaram na sua utilidade com o decorrer do tempo.

A pobreza, em toda a sua multidimensionalidade, persiste como um problema estrutural e sistémico que condiciona o desenvolvimento e a coesão social, económica e territorial da Região.

Para convergir e aproximar a Região das metas e indicadores oficiais de pobreza e dos indicadores de privação, é preciso ir para além do desenho de planos de ação por áreas temáticas de intervenção e de políticas sociais avulsas. É fundamental apostar em planos intersectoriais, suportados em legislação e regulamentação conjunta, que referenciem desafios e soluções de desenvolvimento.

Sejamos Claros. É necessário cortar com uma certa ideia de inevitabilidade: a de um ciclo de empobrecimento, em que filhos de pais pobres nascem condenados, também eles, a serem pobres.

Portanto, é necessário implicar e coordenar todo o universo de políticas públicas, desde a Solidariedade Social, a Educação e Cidadania, a Habitação, o Emprego, a Saúde, a Economia, entre outras, para o combate à pobreza e às desigualdades sociais.

Políticas que sejam universais e permanentes, com capacidade de transformação, de quebra dos ciclos de pobreza, com medidas e metodologias de intervenção, sistémicas e territorializadas, num processo colaborativo com os destinatários, o governo, as IPSS, as Autarquias, as escolas e a sociedade civil. Políticas mobilizadoras que atendam quer aos principais focos de pobreza e aos públicos mais vulneráveis, incluindo a classe média depauperada em consequência da crise pandémica e da crise inflacionista e assegurando o acompanhamento da população mais idosa.





Para o Partido Socialista dos Açores, estas novas políticas sociais devem:

- Assumir um firme compromisso com a dignidade de cada pessoa e o seu bem-estar, desde o nascimento e ao longo de todo o seu ciclo de vida;
- Assumir natureza, preferencialmente, generalista, contribuindo para uma menor estigmatização e maior integração social, sem prejuízo de uma necessária dimensão flexível, que permitirá a adequação concreta da intervenção;
- Reforçar a componente de qualificação dos diversos sistemas e potenciar a aplicação do princípio da subsidiariedade.

O que pretendemos:

- Assegurar respostas para uma **intervenção interdisciplinar de serviços especializados**, que trabalhem em estreita articulação com as equipas de Ação Social Local, na prevenção e resposta às situações de risco, no âmbito do Desenvolvimento Social e Local e Emergência Social, do Rendimento Social de Inserção e, principalmente, na **Reabilitação de grupos sociais de grande vulnerabilidade** como são as Crianças e os Jovens em Risco, Mulheres Vítimas de Violência, Pessoas com Deficiência, Toxicodependentes, Sem-Abrigo, Idosos Dependentes, Reclusos, Repatriados, Imigrantes Ilegais;
- Promover ações que apostem no **fortalecimento da Ação Social** como instrumento de intervenção privilegiado no sistema familiar, prevenindo situações de risco mediante um processo de Atendimento, Orientação e Preservação Familiar, tendo como objetivo a elaboração, contratualização e acompanhamento de projetos concretos de fortalecimento das competências explícitas e latentes das famílias;
- Mudar a configuração dos apoios da Ação Social, devendo estes estarem sempre associados a uma intervenção de suporte social de cada pessoa e não uma solução indiferenciada para todos;
- Criação de um sistema contínuo de **promoção de projetos locais de prevenção e combate à pobreza e exclusão social**, alguns dos quais materializados na rede de Centros de Economia Solidária (empresas de inserção, serviços de apoio de proximidade, formação e emprego apoiado, bolsas de inserção, “treino on the job”, trabalho a favor da comunidade e microcrédito), como **plataforma de suporte à execução dos programas de inserção**, através do aumento das competências para a empregabilidade e na procura e utilização de





recursos técnicos, materiais e financeiros que potenciem a procura e/ou criação de emprego e a sua manutenção.

Dependências

Perante os novos desafios dos últimos anos, **evidencia-se o preocupante impacto das novas substâncias psicoativas**, sendo necessário ampliar a abordagem nas respostas que lhe são direcionadas, tal como no âmbito de outros comportamentos aditivos e dependências como sejam as dependências comportamentais. Estas problemáticas afiguram-se como emergentes, designadamente, pelas consequências e impacto que têm na vida das pessoas, das famílias e da comunidade.

A implementação de uma estrutura operacional de Políticas Sociosanitárias, no âmbito da redução dos problemas ligados aos comportamentos aditivos e dependências, deverá ter subjacente uma dinâmica que permita uma maior integração de todos os processos e lógicas da ação e deverá consubstanciar-se numa estratégia de solidariedade sistémica e que contemple uma forte intervenção da sociedade civil.

A visão para a promoção da saúde, prevenção e intervenção em Comportamentos de Risco e Dependências deve traduzir-se no fortalecimento e aprofundamento de uma política baseada na articulação intersectorial, para obter ganhos sustentáveis, procurando-se articular, todos estes 13 pilares: Saúde, Social, Familiar, Educativo, Habitacional, Comunitário, Económico, Cultural, Ambiental, Territorial, Científico, Segurança, Política.

Sector Social e Cooperativo

É muito importante impulsionar as organizações de economia social e solidária a adotarem modelos de governança mais eficientes e sustentáveis, que promovam a qualidade dos serviços prestados, através da criação de conhecimento e da capacitação dos seus profissionais e dirigentes e da incorporação de instrumentos de avaliação de impacto e de melhoria contínua das suas respostas e projetos sociais.

No domínio das Políticas Sociais importa, ainda, reconhecer e valorizar o papel do sector social e cooperativo, quer pela via do reforço da cooperação com o Estado e da adequação de instrumentos





de financiamento às suas realidades e necessidades, quer mediante o fortalecimento das redes e parceria com outras entidades públicas locais, regionais e nacionais bem como do voluntariado.

2.6. NOVO MODELO DE ACESSIBILIDADES AÉREAS, MARÍTIMAS E DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

Mobilidade: Um dos fatores chave de liberdade nos Açores

A mobilidade conveniente, acessível e sustentável – de pessoas, de conhecimento e de mercadorias – é um dos pré-requisitos para que se possam exercer a maior parte das liberdades e oportunidades humanas. Para os Açores, um arquipélago no meio do Oceano Atlântico com nove comunidades intermediadas por um mar profundo, a contínua evolução dos nossos sistemas de mobilidade interna e de conexão com o mundo é ainda mais determinante para que possamos realizar plenamente o nosso potencial.

Assim, torna-se fundamental **construir uma Agenda de Mobilidade para os Açores**, que nos permita concretizar a função mais nobre da política: resolver os problemas das pessoas e ao mesmo tempo lançar as bases da inovação e da aplicação de novas tecnologias, acelerando o nosso caminho, aproximando-nos do futuro.

Queremos avançar com ambição em todas as frentes. Para tal, temos de definir um conjunto de objetivos que nos guiem e que nos permitirão avaliar os resultados, bem como uma série de medidas para transformarmos a qualidade das nossas soluções de mobilidade atuais e para promovermos a adoção das tecnologias inovadoras que deverão ser a base da nossa mobilidade na próxima década.

Se a sociedade açoriana foi fundada no século XV com base na tecnologia de mobilidade mais avançada da época – as capacidades marítimas de Portugal –, podemos ousar uma semelhante proeza se começarmos a testar e adotar as tecnologias de ponta de hoje.

Não é apenas uma questão de conveniência ou de melhor serviço. Trata-se de desbloquear todo o potencial das nossas ilhas, das nossas gentes, e alcançar uma plena unidade regional. Temos de, persistentemente, promover uma região o mais conectada possível, equitativa, próspera e sustentável para tentarmos superar a geografia que nos separa.





Estamos num momento crucial. Com a visão e a determinação certas podemos construir um sistema de mobilidade que nos una, que apoie o nosso crescimento económico, que proteja o nosso ambiente e melhore a qualidade de vida de todos os açorianos.

Para chegarmos mais longe, precisamos de ser ousados. Os açorianos não devem esperar mais pelo que é urgente e necessário, e a inovação está a acontecer a um ritmo sem precedentes.

Esta Agenda de Mobilidade para os Açores parte da crença de que o desenvolvimento social e económico dos Açores depende intrinsecamente da quantidade e qualidade da nossa mobilidade.

A transformação proposta quer materializar um futuro onde todos os açorianos têm um acesso muito mais facilitado uns aos outros e a oportunidades de progresso, independentemente da ilha ou da localidade onde se encontrem. Queremos reduzir o impacto das distâncias, do clima, da geografia. Temos a sustentabilidade como padrão. O nosso futuro depende da nossa capacidade de estreitarmos parcerias com quem mais sabe e nos pode ajudar, e de testarmos e adotarmos novas tecnologias e soluções inovadoras.

Assim, a nossa ação irá assentar no desenvolvimento de um conjunto de políticas públicas visando os seguintes objetivos:

- A. **Elevada conveniência e disponibilidade;**
- B. **Acesso inclusivo e tendencialmente gratuito;**
- C. **Máxima eficiência operacional;**
- D. **Sustentabilidade ambiental;**
- E. **Maior conhecimento e inovação.**

Queremos transformar a mobilidade nos Açores, assente nas melhores práticas e exemplos mundiais, bem como em soluções inovadoras e sustentáveis, porque acreditamos que têm a capacidade de mudar para melhor a vida dos açorianos num futuro próximo.

O que pretendemos:





Transporte Rodoviário

- **Modernizar contratos de concessão em vigor**, criando escala operacional e integrando parceiros nacionais/internacionais de referência, que nos possam trazer melhores práticas de serviço e de gestão, bem como assessorar a renovação da frota e o início do processo de eletrificação ao mais baixo custo;
- Tornar o **transporte público coletivo gratuito para os utilizadores**, introduzindo o conceito de Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros Terrestre, revendo as rotas e horários para os adaptar às novas necessidades detetadas, incluindo de novos utilizadores, para um modo de transporte mais sustentável, tanto açorianos como turistas, assegurando também uma alternativa prática ao automóvel;
- Estudar e desenvolver todas as medidas necessárias para tornar os Açores interessantes para o **teste e desenvolvimento de veículos de transporte público de pequena dimensão, autónomos e inteligentes**, que, atualmente, se espera vir a ser uma solução de futuro para a nossa realidade, procurando atrair, uma ou duas empresas inovadoras reconhecidas no sector.

Transporte Aéreo

- Sem prejuízo do que defendemos para as acessibilidades aéreas da Região, tendo em conta a situação de quase rutura operacional, financeira e de gestão do Grupo SATA, propomos um **acordo de emergência, designadamente, entre os dois maiores partidos políticos açorianos**, que permitam assegurar as competências de gestão necessárias, o regular funcionamento da operação, o acesso e estabilidade no financiamento e uma voz reforçada no diálogo com a Comissão Europeia, no curto/médio prazo, no sentido de garantir as melhores condições para salvar o grupo.
- Concretizar um **plano de modernização e expansão gradual do aeroporto civil das Lajes**, assegurando um compromisso de disponibilidade com os militares, transformando-o com dois grandes propósitos:
 - Por um lado, reforçando o seu papel como infraestrutura gateway para os Açores, permitindo a melhoria da conectividade e o crescimento do tráfego aéreo na Região, nas próximas décadas, num contexto em que o aeroporto de Ponta Delgada poderá esgotar a sua capacidade;





- E por outro lado, transformando-o numa base de manutenção aeronáutica no meio do Atlântico, atraindo empresas reconhecidas à procura de uma localização conveniente e com custos e incentivos competitivos.
- Abrir uma ampla discussão na sociedade açoriana, chamando a esta *players* e especialistas do sector para:
 - Por um lado, **encontrar-se uma solução viável para a Azores Airlines**, que permita construirmos escala e assegurarmos competências de gestão, definindo como condições a manutenção do centro de decisão nos Açores e o desenvolvimento do nosso *hub* Atlântico, num contexto em que a capacidade em Lisboa estará limitada até 2035. Esta solução não deve pôr de parte, nenhum cenário, nem mesmo, no caso de se verificar um imperativo de privatização de mais de 50% da empresa, a integração na TAP, para que posteriormente seja enquadrada na sua privatização;
 - Por outro lado, **desenvolver uma solução que garanta, imperativamente, a sobrevivência de uma SATA AIR Açores, maioritariamente, pública**, não pondo de parte, caso seja necessário, a possibilidade de um concurso público internacional para atrair um parceiro de gestão para a SATA AIR Açores, com maior escala, experiência de gestão e acesso a capital, que permitam o crescimento e a modernização da frota regional, e sobretudo assegurar as melhores práticas de eficiência para que o custo do contrato de transporte inter-ilhas, passageiros e carga, seja o menor possível.
- Estudar e sistematizar o que é necessário fazer do ponto de vista regulatório, conhecimento, talento, incentivos e infraestrutura para transformar os Açores num local atrativo para testes de UAVs (veículos aéreos autónomos). Temos condições ímpares para este efeito e só assim poderemos aprender como acelerar as soluções de futuro, que aproximem ao máximo cada ilha.

Transporte Marítimo

- O transporte marítimo de passageiros não só tem um lugar especial no nosso imaginário coletivo, como também é a forma mais eficiente de assegurar o transporte inter-ilhas nas alturas de pico. Adicionalmente, devemos melhorar o serviço a 3 níveis: rotas mais eficazes, condições de conforto nos portos, e interligação conveniente com os aeroportos através de





shuttles, nas horas mais adequadas e assegurando a sua disponibilização na aquisição do bilhete aéreo;

- No transporte marítimo de mercadorias, devemos procurar assegurar o menor custo no acesso ao continente dos nossos principais portos bem como o menor diferencial no frete para as restantes ilhas. Devemos focar o acesso ao exterior, num modelo que conjugue navios de maior e menor dimensão, as ligações ao exterior, com as ligações inter-ilhas, com viagens mais frequentes, em condições eficientes de interoperabilidade com fluxos contentorizados. Neste modelo, as ligações inter-ilhas deverão ser significativamente subsidiadas para minimizar desigualdades entre agentes e promover a coesão regional;
- Essas medidas servem para atender a desafios de curto-prazo, mas temos de estudar o modelo de futuro, assente nos navios do futuro, olhando para as tecnologias de marinha que se preveem serem as mais adequadas para assegurar uma pegada mais ecológica e as infraestruturas que otimizem a sua integração com o transporte rodoviário e aéreo.

Facilitadores do progresso

- Reforçar as competências e o conhecimento dos Açores para a gestão da mobilidade do futuro, financiando um curso de pós-graduação na Universidade dos Açores em Gestão Inteligente da Mobilidade, em parceria com instituições com credenciais reconhecidas nesta temática e promovendo um *think tank* com bolsas que permitam incentivar o estudo continuado de soluções e análise de resultados;
- Integrar a bilhética dos diferentes modos de transporte nos Açores em plataformas digitais de distribuição acessíveis, facilitando a descoberta da oferta, o planeamento da jornada e a unificação do momento de aquisição;
- Criar um **“Fundo para uma Mobilidade Inclusiva e Sustentável”** que financie com estabilidade uma boa parte das medidas propostas. Este fundo deve diversificar as origens dos seus recursos, incluindo os diferentes quadros de apoio europeu, mas poderá ser útil ou mesmo necessário apostar numa taxa turística regional que permita colocar ainda mais o sector do turismo, ao serviço dos Açores, mas também dos próprios turistas, uma situação *win-win*;
- Estudar e propor cenários de evolução das fontes de energia renováveis na Região para suportar os objetivos de eletrificação e de descarbonização dos transportes. O âmbito deve incluir também os chamados combustíveis “verdes”, como os de origem sintética.





- Desenvolver o melhor modelo de governança, ou seja, definir quem será responsabilizado, pela avaliação contínua de como estamos a evoluir no nosso sistema de mobilidade, na direção dos objetivos delineados. Esta responsabilidade está hoje repartida entre várias entidades e modos de transporte, sem uma perspetiva integrada da qualidade, dos custos e da pegada ambiental.





3. UMA NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS ECONÓMICAS E DE DESENVOLVIMENTO

Os Açores necessitam um Novo Futuro ao nível económico!

O atual modelo que, convém recordar, contribuiu para que a Região convergisse com a União Europeia, e para que pudéssemos melhorar a nossa qualidade de vida, está cada vez menos capaz de proporcionar as respostas que necessitamos e uma continuidade de crescimento.

Defendemos assim, a implementação de uma **profunda reforma no nosso modelo de desenvolvimento económico.**

Necessitamos de **transformar, modernizar e diversificar a nossa economia**, de a tornar mais sofisticada, capaz de gerar valor, de fomentar a criação de postos de trabalhos, de atrair mão de obra qualificada e diferenciada, de gerar e distribuir riqueza por todos.

Queremos ter uma economia ao serviço das pessoas.

É essencial desenvolvermos um novo modelo assente na sustentabilidade, capaz de potenciar e modernizar os sectores tradicionais como a agricultura, as pescas e o turismo, mas que simultaneamente seja complementado por áreas mais ou menos maduras, mais ou menos emergentes, onde a Região, através dos seus recursos naturais, humanos e tecnológicos, bem como de uma forte aposta na transferência de conhecimento académico para as empresas, possa contribuir para disponibilizar ofertas de valor no contexto global.

Importa que esse novo modelo económico permita que todos possam ter um salário digno e justo, que contribua para devolver uma perspetiva de futuro e de felicidade, em especial, para os nossos jovens.

Um novo modelo de desenvolvimento económico assente numa **estratégia colaborativa e de complementaridade**, em que cada ilha contribua com aquilo que a diferencia e que mais valor pode acrescentar no contexto regional.





Defendemos uma forte aposta na nossa autonomia alimentar, com a diversificação da produção agrícola, estímulo à entrada nas redes de distribuição locais dos nossos produtos, e o desenvolvimento de uma estratégia regional de fomento ao consumo do que é nosso.

Simultaneamente, defendemos a criação de uma ligação muito forte entre as tendências de consumo e aquilo que produzimos, o fomento de uma aposta robusta na Investigação & Desenvolvimento, para diversificar e **acrescentar valor aos nossos produtos**.

Sem nos desviarmos daquela que é a nossa matriz de Turismo de Natureza, este é o tempo de repensarmos, de renovarmos, de definirmos novos objetivos para aquilo que queremos para o sector na próxima década.

O turismo só é bom se for bom para aqueles que cá vivem.

É necessário o desenvolvimento de uma renovada estratégia para o turismo, que corrija distorções, que faça com que os benefícios do sector sejam transversais a todas as ilhas e a toda a sociedade e que esteja assente em três dimensões distintas, complementares e fundamentais da Sustentabilidade: a económica, a social e a ambiental.

Se é certo que o nosso modelo de desenvolvimento económico assentou essencialmente em três pilares, nomeadamente a agricultura, as pescas e, a partir de 1996, progressivamente, o turismo, hoje torna-se fundamental a **introdução de um quarto pilar que agregue energias renováveis, espaço, biotecnologia marinha, serviços relacionados com o clima, investigação científica, big data e serviços tecnológicos**.

Estas são áreas em que a Região possui um elevado potencial já reconhecido, mas que carece de arte e engenho para serem devidamente exploradas e potenciadas.

A conciliação entre o conhecimento, a tecnologia, a descarbonização, a digitalização, o espaço e o mar, com a preservação e sustentabilidade do território será determinante para a construção do sucesso e para **um Novo Futuro** que ambicionamos.

Para tal, é necessária visão, ambição, coragem, arrojo e determinação para levarmos a cabo a construção deste quarto pilar.





Se no passado, fomos capazes de construir o pilar do turismo, também seremos capazes de construir este quarto pilar, que acreditamos deverá contribuir, em complementaridade com os outros, para que muitos jovens possam regressar à nossa terra e aqui desenvolverem os seus projetos de vida.

3.1. AGRICULTURA

Os Açores têm um elevado potencial para a produção agropecuária, especialmente para a produção de leite. No entanto o sector leiteiro passa, atualmente, por um período difícil. O aumento dos custos com a produção não tem sido compensado por uma devida melhoria do rendimento do produtor.

Vive-se, nos Açores, uma situação de monopólio ou, em algumas ilhas de oligopólio que, se não for devidamente regulada, permite ou potencia situações de abuso de posição dominante.

O diferencial existente no preço do leite praticado nos Açores com o continente e com a média da União Europeia não é justificável apenas pelos custos do transporte. Por isso, há que encontrar novas estratégias para aumentar o rendimento dos produtores e isto passa claramente pela **valorização dos produtos lácteos**, através de uma forte promoção no exterior da marca Açores, pela criação de queijos distintos e com características únicas que os diferenciem nos mercados e pela busca de produtos de maior valor acrescentado. Não podemos querer competir exclusivamente na produção de queijo flamengo, na produção de leite em pó ou em produtos de marca branca.

O maior grau de especialização da indústria de lacticínios vai permitir melhor preço dos produtos lácteos nos diversos mercados e conseqüente aumento da remuneração aos produtores. Vende melhor quem produz com mais qualidade e a preços competitivos e quem tem uma estratégia correta de promoção, alinhada com as necessidades do consumidor. Uma ambição que permitirá, também, a produção e oferta dos melhores produtos, em sintonia com os perfis de consumo de novos consumidores em mercados mais exigentes, em Portugal e no estrangeiro, retornando o progresso para os produtores e as indústrias e conquistando posições de liderança junto dos consumidores.

Trabalharemos para que esta **fileira de futuro**, seja uma fileira coesa, colaborativa, tecnológica, inovadora e competitiva.





O que pretendemos:

- Pugnar pelo desenvolvimento da sua Cadeia de Valor e da sua justa repartição, através de políticas dirigidas aos seus Eixos Estratégicos:
 - I. A Produção; o Output Industrial; a Inovação; os Recursos Humanos; a Internacionalização; a Comunicação e a Cadeia de Abastecimento.
- Fomentar políticas que conduzam ao reforço do efeito de fileira entre os seus vários atores, à capacitação interna das empresas agrícolas e industriais, à inovação e diferenciação dos portefólios dos produtos, a uma estratégia de exportação para a internacionalização;
- Promover a criação de valor acrescentado, que as características únicas dos Açores permitem transformar em vantagens competitivas sustentáveis;
- Prosseguir, entre outros, os seguintes objetivos estrategicamente decisivos na nossa ambição de rasgar novos horizontes na fileira do leite e laticínios:
 - Reorientar, prioritariamente, a Fileira para a Produção de Queijos;
 - Manter as características do “leite de pastagem” que os consumidores identificam com os Açores;
 - Promover a melhoria da racionalização fundiária, das pastagens e da investigação forrageira;
 - Atrair e fixar jovens na atividade;
 - Promover e acelerar os processos de inovação de produto industrial e dos modelos de negócio associados aos laticínios;
 - Fundar o Centro Tecnológico do Leite e Laticínios com foco direto na produção e na inovação industrial, numa aposta decisiva em ID+I, absolutamente fundamental na mudança do paradigma atual;
 - Fomentar novas formas de relacionamento no sector, entre players-chave, nacionais ou estrangeiros;
 - Promover a exportação dos laticínios dos Açores, apostando fortemente na comunicação;
 - Criar um Conselho de Concertação Regional para o preço do leite;





No que diz respeito à **produção de carne**, apesar da enorme evolução do sector relativamente à certificação de matadouros e de salas de desmancha, que foi realizada pelos Governos do PS, há ainda muito a avançar na área da comercialização e da promoção de novos produtos com maior valor acrescentado, nomeadamente na comercialização de peças nobres e de carne com diversos graus de maturação.

O leite e a carne dos Açores são ricos em CLA, ácidos gordos insaturados ómega-3 e vitaminas E e A. Há que explorar esta riqueza associada à natureza das nossas pastagens e ao tipo de pastoreio praticado.

Também a produção hortícola para o mercado interno tem uma enorme potencialidade e está longe de ter sido explorada na sua totalidade. A existência de produção geotérmica, tanto em São Miguel, como na Terceira, permite **explorar** nestas ilhas **a produção de produtos hortícolas em estufas aquecidas junto das centrais geotérmicas**. É um enorme potencial que não está a ser devidamente explorado.

O sucesso da produção de vinho na ilha do Pico demonstra que é possível explorar, em outras ilhas, esta potencialidade, devendo os serviços de desenvolvimento agrícola prestar todo o apoio aos agricultores/produtores que pretendam apostar nesta área, tal como se fez no passado na ilha do Pico. Graciosa, Santa Maria e mesmo certas áreas das ilhas de São Miguel e Terceira evidenciam enormes potencialidades. Devemos **fomentar a criação de vinhos distintos**, adaptados aos solos e ao clima da Região. O exemplo de sucesso do Pico é um modelo a seguir.

A floricultura e a produção de frutos subtropicais têm algumas potencialidades nos Açores, especialmente em locais mais protegidos em termos de exposição ao vento. Falta, no entanto, nos Açores, como houve no passado, capacidade técnica de investigação aplicada que permita comparar variedades, realizar experimentação e apoiar os agricultores. Os serviços de desenvolvimento agrícola, que outrora realizaram experimentação e extensão rural, precisam de ser reabilitados e colocados ao serviço dos agricultores.

3.2. PESCAS

Nos últimos 3 anos, o sector das pescas foi abandonado, mal gerido e nada de novo se fez ou construiu. Por isso, é urgente o reinvestimento e a recuperação deste sector, tornando-o mais





qualificado, mais inovador e sustentável, melhor e mais justamente remunerado, melhor fiscalizado, mais informado e apoiado cientificamente, mais amigo do ambiente, mais bem gerido, melhor dimensionado e adaptado aos recursos disponíveis, e reforçando o papel da Lotação S.A. no apoio ao sector.

As pessoas e as instituições da pesca

- Reforçar a formação e a escolarização de pescadores, armadores e pessoal administrativo com o envolvimento da Escola do Mar dos Açores e associações do sector;
- Pugnar por mais dignidade no emprego e uma melhor e mais justa distribuição do rendimento, diminuindo a informalidade e incentivando os contratos individuais de trabalho no âmbito do Contrato Coletivo de Trabalho da Pesca dos Açores;
- Melhorar a operacionalidade do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores (Fundopesca).

Os recursos, a sustentabilidade e o rendimento

- Retomar a otimização da gestão das quotas, em diálogo, e dando prioridade às quotas individuais (não transferíveis), evitando a corrida aos recursos e a diminuição dos rendimentos, sem descuidar a gestão por ilha e incentivando os contratos de abastecimento diretos;
- Valorizar os produtos da pesca, otimizar e gerir de forma cuidada a captura de espécies mais vulneráveis, em parceria com a Universidade dos Açores;
- Reforçar os fatores de sustentabilidade social, económica e ambiental das várias pescarias;
- Continuar a avaliar a necessidade de reequilíbrio da frota e das artes de pesca, criando mecanismos financeiros para o abate de embarcações e artes de pesca sobre dimensionadas.

Os produtos, os mercados, os transportes e o rendimento

- Reforçar a certificação e valorização das pescarias da Região como sustentáveis e amigas do ambiente;
- Incentivar a modernização e diversificação dos produtos e mercados da indústria conserveira;





- Melhorar o apoio às Estratégias de Desenvolvimento Local e o reforço das atividades do GAL/MAR (Grupos de Ação Local) no âmbito do financiamento FEAMPA;
- Incentivar o consumo local de pescado.

A frota e as infraestruturas

- Modernizar a frota de modo a diminuir as emissões, tornando-a mais “green”, com consequências também na diminuição de custos de operação;
- Recuperar e reorganizar a Inspeção Regional das Pescas (IRP), irresponsavelmente diminuída nos últimos 3 anos;
- Implementar um plano de manutenção das infraestruturas de apoio à pesca, nas várias ilhas, reforçando o papel da Lotaçor, S.A. e das associações do sector.

3.3. TURISMO

O sector do turismo é, hoje, reconhecido por todos, mesmo para os céticos de décadas, como fundamental para os Açores.

Somos um Destino turístico exuberante, atrativo pelas suas paisagens e natureza, encantador pela sua cultura e apaixonante pelas características das suas gentes, que permitem experiências que, certamente, perdurarão na memória de todos aqueles que as vivem.

Mas isto não basta para a construção de um destino turístico, que se quer verdadeiramente sustentável, do ponto de vista económico, social e ambiental.

Nesse sentido, torna-se fundamental promover uma **verdadeira reestruturação na organização do turismo dos Açores**.

O surgimento de uma verdadeira autoridade do turismo regional é fundamental.

O Turismo é uma indústria de investimento intensivo, que requer permanentemente uma elevada disponibilidade de meios financeiros, que nos permita ser competitivos à escala global. Torna-se assim essencial o estabelecimento de verdadeiras parcerias “público-privadas”, em que todos os intervenientes no sector sejam convocados a participar, para que possamos rentabilizar os meios e tornarmos o sector mais eficiente.





Tudo isto é fundamental para que o turismo se apresente como uma verdadeira oferta de valor para os residentes, sim para os residentes, porque na verdade **o turismo só será bom se for bom para quem cá vive.**

Tendo em conta a necessidade de requalificação e confirmação dos Açores enquanto destino Turístico, deve ser desenhado um plano estratégico para o Turismo estabelecendo a quantificação concreta de metas a atingir a médio/longo prazo, pelo menos nos seguintes aspetos:

- Aumento do nível de satisfação do turista;
- Aumento das dormidas de turistas;
- Aumento da taxa de ocupação dos empreendimentos turísticos;
- Diminuição da taxa de sazonalidade;
- Aumento do rendimento do turismo;
- Aumento da captação de investimento externo na hotelaria;

Para ser possível atingir determinadas metas, é útil que o plano estratégico ajude a repensar o modelo de desenvolvimento turístico, no sentido de cuidar daquilo que diferencia a Região, potenciando os valores singulares que constituem o maior capital para a promoção da Região turística.

O que pretendemos:

- **Criação do Instituto do Turismo dos Açores**, uma organização pública, que agregue a promoção, a organização e qualificação da oferta, os sistemas de incentivos e a formação profissional do sector, com o desenvolvimento de verdadeiras escolas de hotelaria, em parceria com as atuais escolas de formação profissional;
- Desconcentrar os fluxos turísticos para as ilhas com menor população;
- Enriquecer o produto turístico com a oferta de novas experiências de lazer, desporto, entretenimento, de criação e fruição cultural, saúde e bem-estar;
- Dinamizar espaços e lugares que propiciem a interação de quem nos visita com a população e cultura local, tornando assim a experiência mais autêntica;
- Reforçar, significativamente, a promoção do destino e captar novas rotas e mercados;





- Criar um ambiente facilitador da inovação e qualificação, de forma que os agentes deste sector se mantenham competitivos, face aos novos modelos de distribuição e comercialização, bem como às novas tendências de produto do turismo à escala global;
- **Criar uma Escola Superior de Hotelaria e Turismo** que colocará no mapa internacional uma escola de referência com a marca dos Açores.
- **Afirmar o Destino Açores como um destino verdadeiramente sustentável, nas suas três vertentes;**
- Promover o comércio justo e uma maior e mais proveitosa integração dos pequenos produtores e fornecedores de serviços locais na cadeia de valor do sector do turismo da Região, criando uma dinâmica de cluster;
- Recorrer à inteligência artificial, às redes sociais e às novas tecnologias no turismo através da personalização da oferta turística de acordo com os interesses e preferências de cada viajante.

3.4. GOVERNO DE FOMENTO

A nossa realidade arquipelágica impõe a necessidade de termos **infraestruturas adequadas, condignas e que garantam bons níveis de qualidade de vida** nas 9 ilhas. Esta necessária multiplicidade de investimentos, dos mais variados tipos, acarreta desafios a governantes e gestores públicos, considerando a limitação de recursos disponíveis.

É, por isso, fundamental garantir um **adequado planeamento** para os grandes investimentos regionais, desde logo, renovando a forma de os enquadrar temporalmente, **para além dos 4 anos de cada legislatura**. Nesta perspetiva, fará todo o sentido promover o debate alargado entre os partidos políticos com maior representação na Região, alcançando **acordos de regime** para as grandes obras regionais (aeroportos, portos, hospitais, estradas, etc...), para que investimentos de maior envergadura, e que se revelem imprescindíveis ao bom desenvolvimento regional não fiquem reféns da maior ou menor vontade circunstancial dos titulares de cargos políticos. Ainda relacionado com a limitação dos recursos, é indispensável garantir o **aproveitamento de todos os mecanismos de financiamento** disponíveis, direcionando-os para a prioridades económicas da Região. É também, neste âmbito, fundamental garantir uma boa execução dos fundos comunitários, situação que nos merece, atualmente, grandes níveis de preocupação no âmbito do quadro comunitário 2030,





mas também do PRR, que possui um vasto conjunto de investimentos previstos e em que toda a despesa deverá ser executada até final de 2026.

Outro desafio associado à boa gestão pública, no que ao investimento diz respeito, reporta-se aos **custos de exploração e de manutenção** das infraestruturas, por vezes desconsiderados no momento da tomada de decisão de construção. Nas escolhas subjacentes à decisão de contratar, deverá ser tido em conta todo o **ciclo de vida dos empreendimentos**, desde a construção, a exploração/manutenção e a sua desmobilização. Esta análise do custo de vida dos empreendimentos ganha ainda maior relevância, considerando a escassez de mecanismos de cofinanciamento para intervenções ao nível da manutenção, ao contrário do que se passa para a nova construção ou para a requalificação profunda de estruturas existentes.

3.5. NOVO PAPEL DO SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL

A Região Autónoma dos Açores, com referência a 30 de novembro de 2022, participa, direta e indiretamente, em 25 empresas, 6 com participação minoritária, 5 com participação maioritária, 14 onde é detentora da totalidade do capital.

É importante iniciar uma reflexão conclusiva na sociedade açoriana sobre o papel do Sector Público Empresarial Regional (SPER). No projeto de crescimento económico e social que queremos implementar nos Açores é importante, primeiramente, introduzir o conceito de serviço público/estratégico na reavaliação da dimensão e função do SPER. Sem dogmas de pensamento, assumimos que poderão existir sectores ou subsectores onde não faz sentido haver empresas participadas a 100% (ex. gestão de marinas ou Portas do Mar) e, outros, onde é imperativo (...) este controlo que deve ser complementado com uma estratégia em que as empresas públicas, dotadas de know-how e capacidade no investimento, possam assumir um trabalho de coordenação, enquanto empresas-âncora, na dinâmica de modernização e sofisticação dos sectores onde atuam.⁷

O que pretendemos:

- Reduzir, de forma progressiva, o endividamento empresarial;

⁷ Moção de Pedro Nuno Santos - Portugal Inteiro 2024





- Pré-qualificar os gestores públicos por uma Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública Regional.

Para o Partido Socialista, a existência do SPER deve ser também sinónimo de resultados financeiros positivos, de redução progressiva do endividamento empresarial e de gestores públicos de excelência pré-qualificados, incluindo quando operam em mercado concorrencial ou quando operam em regime de contrato-programa.

3.6. SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA E LEGISLATIVA

O Estado ao serviço das empresas e da economia

A burocracia administrativa tem sido apontada, frequentemente, como uma das principais barreiras ao desenvolvimento económico, ao investimento e à salvaguarda da efetivação de direitos dos cidadãos, importando custos avultados para os orçamentos públicos empresariais em geral.

Para reforçar a cultura de simplificação administrativa é crucial que as entidades públicas regionais adotem uma abordagem proativa de desburocratização de processos administrativos, eliminando barreiras desnecessárias e otimizando a eficiência. A transparência e a agilidade devem ser pilares dessa cultura simplificadora, permitindo que os cidadãos e as empresas interajam com os serviços públicos de forma mais eficaz e sem entraves. Além disso, a formação contínua dos funcionários públicos é essencial para garantir que compreendam e apliquem os princípios da simplificação administrativa no seu dia a dia. Assim, a **busca pela excelência na prestação de serviços** deve ser uma prioridade constante, visando sempre a **melhoria contínua e a satisfação dos utentes**.

Os cidadãos e as empresas necessitam que entre as decisões tomadas e a sua efetiva implementação decorra o menor tempo possível e que a administração regional autónoma não esteja embrenhada em procedimentos sem qualquer propósito ou utilidade.

É necessário, assim, proporcionar aos cidadãos e empresas serviços seguros, acessíveis e sem esforço, facilitando e reduzindo interações, disponibilizando e reutilizando dados e promovendo a eficiência, sustentabilidade e simplificação dos processos de funcionamento da administração regional autónoma.



O que pretendemos:

- Implementar um **programa de simplificação administrativa e legislativa**, centrando-o no serviço aos cidadãos, às empresas e aos empreendedores regionais, nacionais e estrangeiros – Fácil, Depressa e Bem!;
- Garantir que as **comunicações da administração regional autónoma são realizadas em linguagem clara e acessível**;
- Rever o regime jurídico dos contratos públicos na Região, explorando todas as competências legislativas da Região com interesse para a mesma, no quadro das possibilidades estatutárias e que a legislação da união europeia confere, **simplificando ao máximo os procedimentos pré-contratuais** inerentes e alinhando com a legislação nacional em matérias que não consubstanciem interesse regional;
- Promover **formas de trabalho interdepartamentais** para concretizar projetos de serviço público comum, partilhando informações e fazendo com que os cidadãos e empresas tenham apenas um organismo interlocutor na sua relação administrativa.

NOVAS ECONOMIAS O 4.º PILAR DE DESENVOLVIMENTO

3.7. CIÊNCIA

Nas sociedades modernas, o desenvolvimento de um país ou de uma região quando baseado na ciência e no conhecimento, é uma garantia de sucesso, sendo, ainda, garante de mais inovação e competitividade da economia. Para além do sector da educação, o conhecimento e a ciência deverão ser prioridades incontornáveis do nosso projeto político de desenvolvimento. É urgente um maior investimento na ciência e na inovação nos Açores num conjunto de áreas científicas prioritárias, sendo necessário um reforço substancial do investimento público e privado em I&D com o objetivo de atingirmos **3% do PIB regional** (2% Investimento Público e 1% Investimento Privado) **no espaço de uma geração**, através de políticas integradas. Desta integração resulta o princípio orientador de fazer refletir nas opções políticas a relação virtuosa entre a política para o ensino superior, a política científica e a política económica e de inovação.⁸

⁸ Moção de Pedro Nuno Santos - Portugal Inteiro 2024





A estratégia científica da Região será sempre complementar aos apoios competitivos existentes a nível nacional e internacional. No entanto, não podem deixar de existir diferenciadamente, de modo a responder a desafios de carácter mais local ou regional de desenvolvimento, para apoiar o funcionamento das unidades de I&D regionais e para garantir a formação e fixação de recursos humanos altamente qualificados. ´

A Universidade dos Açores e as unidades I&D têm neste contexto um papel fundamental, mas também os parques tecnológicos, as incubadoras e as empresas.

Um sistema de Inovação é, por natureza, sistémico e cumulativo. Raramente a inovação ocorre fora de contextos estimulantes, sinérgicos e cooperantes e raramente é totalmente individualizada ou isolada. Por isso, o PS deve promover a solidez e consistência de um sistema baseado nas instituições de Ciência e Tecnologia dos Açores. Deve estimular a fertilização cruzada interinstitucional e entre investigadores.

A Rede Regional de Inovação a desenvolver será amplamente participada na sua conceção, formulação e implementação. Um futuro governo do PS/A desenvolverá os exercícios de prospetiva tecnológica, económica e societal que servirão de base para a Visão Estratégica de que a Região Autónoma dos Açores carece, nos domínios da Inovação.

O que pretendemos:

- Retomar o desenvolvimento do sector ou cluster espacial juntamente com o sector privado;
- Executar a Estratégia Regional para o Espaço em complemento à Estratégia Nacional;
- Implementar o projeto do Porto Espacial de Santa Maria e a fixação da Agência Espacial Portuguesa;
- Continuar a apoiar a implementação do projeto do Teleporto de Santa Maria com instituições públicas e privadas;
- Continuar a atrair, apoiar e a integrar os projetos SST – PT, Space Rider e SKA (Square Kilometre Array), entre outros;
- Concluir o projeto RAEGE Açores com a construção das instalações na ilha das Flores;
- Apoiar o desenvolvimento e implementação da Zona Livre Tecnológica dos Açores e projetos associados juntamente com a Escola do Mar dos Açores, dos parques tecnológicos regionais,





com parceiros nacionais, com a academia, com o sector privado e com parceiros internacionais.

- Apoiar e promover o aproveitamento científico da estação European North Atlantic – Atmospheric Radiation Measurement (ENA ARM) - plataforma internacional de estudos climáticos avançados no Atlântico e a estação PICO-NARE;
- Incentivar e promover a participação dos organismos da administração regional em projetos e parcerias internacionais de financiamento europeu com interesse na melhoria e promoção de melhores práticas e melhores políticas publicas.

3.8. MAR

O Mar dos Açores encerra ainda um enorme potencial e constitui-se como um pilar importante para o desenvolvimento da Região. Importa, por isso, retomar um conjunto de políticas para o Mar interrompidas ou ignoradas nos últimos 3 anos e implementar políticas novas e inovadoras tendo em conta a conciliação com a Estratégia Nacional para o Mar (ENM) e novos contextos e circunstâncias, como é o caso da entrada em funcionamento da Escola do Mar dos Açores, da aprovação do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores (PSOEMA), do retrocesso na chamada “Lei do Mar” e a emergência da revisão das Áreas Marinhas Protegidas, ou da construção do novo navio de investigação e do tecnopolo MARTEC (iniciativas do Governo do PS no âmbito do PRR). Para tal, é necessário **reivindicar uma verdadeira gestão partilhada do Mar dos Açores e definir um plano para a formalização e implementação de um verdadeiro cluster do mar nas suas várias vertentes.**

O que pretendemos:

Ordenamento e conservação

- Apostar na conservação dos ecossistemas marinhos e da biodiversidade, através da revisão e gestão das Áreas Marinhas Protegidas dos Açores complementando com outras medidas técnicas e incentivos vários à sustentabilidade;
- Alterar a orgânica e as competências do organismo da administração regional com competências em matéria de assuntos do mar, na gestão das Áreas Marinhas Protegidas dentro das 12 milhas, atualmente incluídas nos parques de ilha;





- Colaborar com a Universidade dos Açores para cumprir com as responsabilidades da Região, entre outras nos domínios da Diretiva Quadro da Estratégia marinha (DQEM), no cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Década das Nações Unidas de Ciência Oceânica;
- Reavaliar a implementação do Programa Blue Azores, recolocando a Região no centro do processo de decisão e avaliação, implementando um verdadeiro diálogo com a sociedade e com os vários sectores ligados ao mar.

Inovação e novas indústrias do mar

- Impulsionar o desenvolvimento do sector da aquacultura, do sector da biotecnologia marinha e do sector das tecnologias marinhas na Região, conjuntamente com a Universidade dos Açores, outras instituições de investigação, o Tecnopolo MARTEC, a Escola do Mar dos Açores e o sector privado;
- Estimular o desenvolvimento do sector da biotecnologia marinha na Região, conjuntamente com a Universidade dos Açores outras instituições de investigação, o Tecnopolo MARTEC, a Escola do Mar dos Açores e o sector privado;
- Participar e acompanhar os processos de definição dos cabos submarinos inteligentes, nomeadamente para a monitorização e recolha de dados oceânicos;
- Reforçar a implementação da Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3) no domínio do mar em diálogo, e de forma integrada, com os agentes dos vários sectores económicos ligados ao mar;
- Desenvolver uma verdadeira incubadora azul e incentivos à criação de start-ups e atração de empresas de base tecnológica ligadas ao mar;
- Promover o sector da construção e reparação naval, como um novo polo industrial dos Açores, economicamente direcionado, para no medio prazo, assistir a frota de tráfego local, a frota de pesca costeira, os ferries de transporte de passageiros e viaturas, embarcações de recreio e as embarcações de apoio aos portos, nomeadamente, rebocadores e lanchas de pilotos.



Atividades marítimo turísticas

- Rever do enquadramento do sector das atividades marítimo turísticas na Região reforçando os fatores de sustentabilidade ambiental sem comprometer a sua sustentabilidade económica adotando incentivos com majorações para tornar a indústria marítimo turística mais “green”, com menos impactos negativos;
- Alterar a orgânica e competências do organismo da administração regional com competências em matéria de assuntos do mar nos licenciamentos e monitorização das atividades marítimo turísticas;

Marinas/iatismo/desportos náuticos, regatas internacionais

- Apostar na melhoria das condições das marinas (ponderando a sua gestão por entidades privadas) e a promoção dos desportos náuticos, incluindo apoio às regatas internacionais;
- Criar condições, em várias ilhas para a invernagem e reparação dos veleiros que passam nos Açores, promovendo a atração de empresas ligadas a este sector e promovendo o arquipélago como destino seguro e competente para este fim;
- Apoiar a formação de recursos humanos para as profissões tradicionais e emergentes ligadas ao mar, incluindo as especialidades necessárias à reparação naval na Escola do Mar dos Açores.

3.9. DIGITAL

Transformar os Açores num arquipélago digital capaz de atrair investimento tecnológico

O anel de cabos submarinos de última geração, que liga os Açores, a Madeira e o Continente, (Anel CAM), cujo investimento está garantido e que deverá iniciar a sua instalação brevemente através da empresa *Alcatel Submarine Networks*, corresponde a uma grande mais-valia infraestrutural para o arquipélago, que deverá estar concluído em 2026. Aguarda-se, também, pelo investimento, que se espera para breve, no cabo submarino inter-ilhas.

Esta solução de 3.812 KM de extensão, terá uma tipologia em anel com seis pares de fibra ótica e dará à Região a possibilidade de acelerar os desafios da conectividade com a generalização das tecnologias de comunicação móvel 5G, decorrente da crescente digitalização da sociedade.





Mas, para que esse significativo e importante investimento nas comunicações da Região possa gerar mais riqueza e atrair investimento externo é fundamental uma estratégia para a sua exploração e para aproveitar as oportunidades no campo do estabelecimento de *data centers* que cada vez mais são fundamentais dado o crescimento exponencial da importância dos sistemas de Inteligência Artificial.

De resto, já há uma manifestação concreta da empresa multinacional Google de instalar um centro desta natureza nos Açores. O potencial da Região para este tipo de investimento estrangeiro, que cria riqueza e emprego, é francamente elevado, não apenas pela presença de comunicações de elevado débito que o novo Anel CAM providenciará, mas também pela existência de recursos que permitem obter energia de fontes geotérmicas, com custos que podem tornar muito atraente a instalação de grandes *data centers* para grandes empresas de gestão de dados no plano internacional como a Google ou a Meta.

Para que os Açores possam comandar este tipo de operações e atuar a favor da sua economia devem ter a possibilidade de explorar o seu cabo submarino, ou de promover uma subconcessão que assegure os interesses dos Açores.

O que pretendemos:

- Assegurar que o Estado concessione a exploração desta Infraestrutura aos Açores;
- Definir um plano estratégico para posicionar a Região na rota dos interesses das grandes multinacionais nesta área;
- Criar o quadro adequado de estímulos para este tipo de investimento externo, designadamente, pela via das vantagens do potencial de recursos geotérmicos para o uso da energia renovável e de uso da água do mar (arrefecimento), para o funcionamento dos Centros de Dados.

"Azores Tech Region"

Um programa ao alcance de todas as ilhas dos Açores e alicerçado em três vetores fundamentais:

- Iniciar trabalho de captação ou manifestações de vontade de investir na RAA por parte um conjunto de empresas do sector tecnológico;





- Garantir a disponibilidade da Região, através do sector da formação profissional instalada ou por recurso a formações externas, de requalificação das pessoas nas várias áreas das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), considerando as áreas tecnológicas e as necessidades reveladas de emprego;
- Mapeamento e condições de atração de Gestores de Projeto Seniores e/ou Programadores Seniores para ancorar e atrair manifestações de investimento na área tecnológica na Região.

“Laboratório de Jogos dos Açores”

A Indústria Criativa dos Videojogos é, atualmente, um dos principais motores económicos. Em consonância com a medida “Azores Tech Region” e a fim de criar um cluster especializado no desenvolvimento de videojogos e serviços complementares, serão necessárias atividades de capacitação e formação, bem como marketing e internacionalização, sendo **o Laboratório Experimental de Jogos dos Açores** um organismo aberto a toda a comunidade portuguesa das indústrias criativas, gerando, espera-se, valor e riqueza.

"Atlântida Digital Nomads"

- Identificar a Região como um destino privilegiado para nómadas digitais, sobretudo para zonas onde não haja pressão no mercado de habitação, destacando o compromisso da Região em fomentar um ambiente dinâmico e inclusivo para trabalhadores remotos.

"Be Global"

- Apoiar as start-ups sediadas na **Rede Regional de Incubadoras dos Açores** no seu percurso de crescimento, ajudando-as a se expandirem para mercados estrangeiros, através de missões de captação de investimento externo que deverão integrar.

3.10. INVESTIMENTO EXTERNO E INTERNACIONALIZAÇÃO

Um fator fundamental para a construção deste novo modelo de desenvolvimento económico que preconizamos, passa por transformar os Açores numa Região atrativa e capaz de captar investimento externo.





A definição de políticas públicas que transmitam segurança, previsibilidade e igualdade de oportunidade aos investidores torna-se essencial. Há uma perceção no mercado que investir nos Açores não é para todos, que o investimento externo só é eventualmente bem-vindo se não colocar em causa os interesses instalados. Estamos assim perante uma barreira invisível que temos de destruir, sob pena de ser ela a destruir-nos.

A importância do nosso tecido empresarial é indiscutível, a sua preservação e desenvolvimento será sempre uma prioridade e tal não é incompatível com a captação de investimento externo. Antes pelo contrário.

Daremos total prioridade à captação de investimento externo que aposte em projetos diferenciadores que potenciem o desenvolvimento de parcerias locais, que gerem e distribuam riqueza localmente.

Para tal não podemos ficar a aguardar que nos venham bater à porta. Precisamos de desenvolver uma agenda para a captação de investimento e internacionalização da nossa economia, com o estabelecimento de parcerias com entidades públicas e privadas, que tenham a capacidade de nos ajudar a construir e divulgar os nossos fatores diferenciadores - aqueles que serão verdadeiramente diferenciadores, para cada sector ou atividade.

Investimento Direto Estrangeiro (IDE)

Por outro lado, para obter ganhos em termos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e assim ajudar na diversificação da economia, mas também na agilização da integração da inovação na economia local, é importante criar uma **estrutura regional que concentre a promoção económica e que articule com as estruturas nacionais a captação e melhoria dos estímulos.**

Além disso a criação de instrumentos de financiamento, como um **fundo de investimento para projetos estratégicos em cooperação internacional** é importante para alavancar os apoios europeus e dar escala aos projetos.

Por outro lado, devem ser canalizados, prioritariamente, recursos públicos - financeiros, legislativos e administrativos - para a melhoria do contexto regional de “facilidade de fazer negócios” ou *Ease of Doing Business* (indicador internacional de atratividade das economias para o investimento empresarial).





Com o objetivo de sermos atrativos para o IDE, a ambição do Partido Socialista é de que, num espaço de 4 anos, os Açores estejam no top 5 das regiões portuguesas, no âmbito do indicador *Ease of Doing Business*, tendo de para isso melhorar, comparativamente, os resultados dos seguintes indicadores:

1. **Facilidade de começar um negócio;**
2. **Burocracia nas licenças de construção;**
3. **Acesso e custo à eletricidade (energia);**
4. **Custo e número de procedimentos necessários para aquisição e transferência de propriedade entre duas entidades;**
5. **Acesso a financiamento;**
6. **Custo e resultado de processos de insolvência;**
7. **Proteção dos investidores minoritários/pequenos;**
8. **Custo fiscal;**
9. **Tempo e o custo associados ao processo logístico de exportação e importação de mercadorias;**
10. **Metodologia para a execução dos contratos (segurança jurídica).**

Criar um Arquipélago de Empreendedores

O apoio ao empreendedorismo é muito importante para a renovação do tecido económico da Região e para fazer crescer as capacidades de inovação da economia açoriana.

Sendo o empreendedorismo sobretudo um fenómeno de natureza urbana, obriga a ter particular atenção às capacidades cognitivas e de geração de negócios nas cidades em toda a malha urbana que se desenvolve nos concelhos limítrofes.

O empreendedorismo a estimular deve ser transversal – e não setorializado – e deve começar pela disseminação de uma **Cultura Económica de Empreendedorismo**, junto das escolas, a níveis baixos da escolaridade. A educação para o empreendedorismo deverá ser, pois, aprofundada.

Além da disseminação e da sensibilização, o PS defende a promoção direta de mecanismos de capital de risco e de capital semente, que tornem viável o caminho, em fases iniciais, ou em fases de desenvolvimento dos negócios empreendedores.





Açores: um Laboratório Natural de experimentação

Uma Região como os Açores não tem dimensão para ambicionar liderar a inovação, mas pode constituir-se como uma peça importante da inovação mundial assumindo-se como parte integrante do processo tecnológico.

O estabelecimento de uma espécie de “espaço de testes e experimentação” de novos produtos pode dar às nossas ilhas Açorianas a possibilidade de atrair mais pessoas qualificadas, mais recursos, mais inovação e mais empresas.

A dinamização da inovação carece também da aposta num novo quadro de incentivos de base tecnológica, discriminando de forma positiva os investimentos privados, que impliquem a aliança das TIC com outras áreas, onde os Açores são reconhecidamente exemplos de qualidade global como a Natureza, o Mar, as Pescas, o Turismo Sustentável, atraindo assim investidores globais.

Internacionalização

Um dos aspetos mais importantes para a dinamização empresarial na RAA passa pelo alargamento da escala do mercado local. Este objetivo deve ser obtido com o envolvimento consistente do Governo, através de duas orientações concretas:

- Uma estratégia de diplomacia económica, em parceria protocolada com a AICEP, que permita um apoio institucional de elevado nível, oferecendo aos empresários da RAA consistência e credibilidade para entrar em novos mercados;
- O estímulo aos projetos de cooperação com empresas em vias de internacionalização com aquelas que já detêm essa experiência facilitará o aumento dos casos de sucesso.

Uma reorientação dos apoios, facilitando de forma significativa o acesso aos apoios às atividades que favorecem a internacionalização, como sejam: a prospeção de mercados, a presença em feiras, a participação em missões empresariais e os estudos de mercado.

3.11. DESCARBONIZAÇÃO, TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E AMBIENTE

A sustentabilidade de um território mede-se não apenas pela forma como consome os recursos existentes no seu meio, mas também pela forma como transaciona com o exterior os bens. Assim, a





importação de energia feita atualmente através de combustíveis fósseis, para além da descapitalização induzida, penaliza o capital natural dos Açores.

A sustentabilidade e a preservação da riqueza natural dos Açores sempre foram desígnios do Partido Socialista. Face às ameaças introduzidas pelas alterações climáticas a nível global, impõe-se a adoção de estratégias ainda mais eficazes, que promovam a descarbonização e uma adequada transição energética por forma a alcançar as metas definidas a nível nacional e europeu, para 2030 e 2050, ao nível das emissões de gases com efeito de estufa e da neutralidade carbónica.

Perante o cenário de emergência climática, com a necessidade de se enquadrar as diferentes medidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e nas metas do Acordo de Paris, é **urgente que os Açores acelerem a sua transição energética**, com a rápida **substituição das fontes de energia “carbónicas” por um mix mais sustentável**. Mas, este cenário, ao contrário do que alguns sugerem, pode e deve ser uma oportunidade económica para a nossa terra. Os vastos recursos energéticos renováveis de que dispomos - geotérmico, exposição solar, vento e mar -, podem permitir, com a atual disponibilidade tecnológica, não só uma oportunidade para atração de investimento externo como a possibilidade de um aproveitamento energético que propicie maiores vantagens competitivas.

Deste modo, e apelando a uma abordagem de geometria variável na implementação de políticas públicas, é razoável que possamos diferenciar as medidas de acordo com a natureza do território, variando de ilha para ilha, tendo como objetivo, no médio prazo, atingirmos nas ilhas do Corvo, Flores, Graciosa e Santa Maria 100% de cobertura de energias renováveis.

Deste modo, as abordagens devem ter dois pilares:

1. **“Eletrificar”, incrementando a substituição de tecnologias;**
2. **Promover a participação de vários interessados no sistema electroprodutor**

O primeiro pilar está diretamente relacionado com o incentivo à **substituição de tecnologias, nomeadamente as de combustão, por elétricas, quer ao nível da mobilidade - terrestre e marítima - quer ao nível da produção de calor**. No que respeita à eficiência energética associada concretamente à mobilidade, há ainda um grande caminho a percorrer, assente em soluções “verdes”





como a eletrificação, os biocombustíveis, ou o hidrogénio, que permitam a efetiva descarbonização dos transportes.

A este nível é razoável pensarmos, e agirmos, no sentido de termos ilhas de menor densidade demográfica completamente **livres de combustíveis fósseis até 2035**. Nas restantes ilhas, o esforço também não deve ser descurado.

Em relação ao segundo pilar, o da abertura do sistema electroprodutor, este deve emergir de dois movimentos: o primeiro relacionado com a produção centralizada, promovendo a **entrada de interessados em instalar mais centrais de produção a partir de fontes renováveis**; o segundo com **uma forte promoção da autoprodução, não apenas para autoconsumo, mas também para promover a criação de comunidades de energia renovável em todas as localidades dos Açores**. É, claro, que os dois pilares necessitam, urgentemente, que se incremente a digitalização do sistema, reforçando a capacidade de transporte e distribuição, e aumentando a resiliência com o crescimento acentuado das capacidades de armazenamento (centralizadas ou não).

Acresce, claro, a necessidade de nos assumirmos como Região de teste para tecnologias oceânicas de produção de energia, criando condições favoráveis para que diferentes interessados a nível global possam testar nos Açores tecnologias de ponta.

Não obstante, deverá ser reforçada a aposta na produção de energias renováveis tradicionais (geotérmica, hídrica, eólica e solar) e na eficiência energética, assim como o incentivo à eletrificação do consumo e a adoção de sistemas energéticos inteligentes.

Há, pois, um conjunto de sectores chave sobre os quais devem incidir as políticas públicas neste domínio, e com grandes oportunidades ao nível da melhoria da eficiência energética, tais como o edificado (residencial e de serviços), os transportes, a indústria e o próprio sector primário.

O PS deverá empenhar-se para que a administração pública regional seja também um agente dessa mudança, **apostando na renovação do seu edificado e na melhoria da eficiência de equipamentos**, por forma a reduzir os consumos de energia associados às respetivas operações, tal como o mesmo se deverá fazer, como já anteriormente referido, em casos como o das redes de transportes públicos. A indústria e a agricultura são igualmente sectores que poderão ver a sua





competitividade aumentada pela inovação e modernização em termos energéticos, pelo que também lhes deverão ser direcionadas medidas de apoio específicas.

O PS entende que outra abordagem possível para o desafio da descarbonização nos Açores é a transição para a designada economia circular, pelo que deverão ser incentivados modelos de negócio que tenham por base o desenvolvimento de produtos, serviços e soluções com ciclo de vida alargado, quer seja através da valorização ou da redução de resíduos, quer seja pela introdução de soluções inovadoras e sustentáveis de *design*, com vista à redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais.



4. UM NOVO FUTURO PARA A AUTONOMIA

4.1. TRANSPARÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DA GOVERNAÇÃO

A melhoria da qualidade das instituições democráticas na Região Autónoma dos Açores passa, numa primeira linha, pelo reforço da centralidade e da qualidade do trabalho político desenvolvido pela Assembleia Legislativa da Região. No quadro de um sistema parlamentar como o nosso, importa, na perspetiva do Partido Socialista, garantir, por um lado, o escrutínio permanente e intenso da atividade governativa, revisitando e atualizando os meios de controlo, com a diversificação das modalidades de debate, a avaliação anual pela Assembleia e, por outro lado, reforçar a função primordial de produção legislativa do parlamento ao invés da componente resolutiva a que parece crescentemente aprisionado.

Nesse plano, **dever-se-á apostar na valorização das audiências regulares nas Comissões Permanentes, quer dos membros do Governo quer dos diretores regionais, no reforço dos direitos potestativos das oposições e minorias e na garantia de respostas atempadas aos requerimentos dirigidos ao Governo Regional para acesso a informação atualizada sobre o estado da governação.** Em especial, e sem prejuízo do alargamento das competências legislativas da Região no quadro da Reforma da Autonomia, devem desde já ser valorizados os instrumentos que a Constituição e o Estatuto já admitem e que têm sido subaproveitados, com especial destaque para a solicitação de **autorizações legislativas à Assembleia da República.**

Ainda que várias melhorias tecnológicas de funcionamento tenham sido introduzidas, de forma pioneira na ALRAA e potenciadas durante o período de funcionamento em tempos de pandemia, é possível continuar a alargar as modalidades de participação e de organização dos trabalhos com meios de comunicação remota, aproximando eleitos e eleitores, minorando impactos da realidade arquipelágica da Região no funcionamento do parlamento regional e aumentando o escrutínio pelos cidadãos.

Adicionalmente, afigura-se determinante **proceder a uma revisão das normas regimentais, aprofundando os caminhos de melhoria da qualidade da democracia regional.** A título de exemplo, merecem especial destaque a introdução da consulta pública de todos os atos normativos sujeitos a discussão na Assembleia, a criação de canais de realização expedita de consultas





especializadas com a sociedade civil e com entidades representativas de interesses, bem como a introdução da avaliação prévia de impacto dos principais atos legislativos aprovados pela Assembleia, ponderando o seu impacto ambiental, económico e social.

No âmbito do escrutínio económico e da melhoria da qualidade do trabalho parlamentar, é **importante o PS reavaliar a sua posição quanto à imperativa necessidade de criação de uma Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) junto do Parlamento**, com competência em matéria orçamental e financeira, prestando-lhe todo o apoio na elaboração de estudos e documentos de trabalho técnico sobre a gestão orçamental e financeira, impacto de medidas e situação das contas públicas.

Por outro lado, no plano das boas práticas internas dos parlamentares, torna-se premente a adoção de um **Código de Conduta dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma**, reforçando quer a dignificação do exercício de funções, quer a prevenção de conflitos de interesses, quer o tratamento da matéria de registo de ofertas e hospitalidades. Neste plano, é igualmente relevante a adoção, no âmbito da Região, atendendo às suas especificidades, de um conjunto de medidas de reforço de transparência que têm vindo a ser implementadas ao nível nacional (garantia de declaração única de rendimentos, património e interesses, articulação com a Entidade para a Transparência, atualização harmonizada do regime de incompatibilidades e impedimentos).

Finalmente, sem prejuízo do debate nacional em curso sobre a matéria, nada obsta que a Região se antecipe e introduza desde já mecanismos de regulamentação da atividade de representação de interesses junto dos órgãos de governo próprio e da administração regional.

4.2. QUALIFICAÇÃO, DESBUROCRATIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E CONFIANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O PS dedicará uma atenção absolutamente prioritária aos problemas envolventes da nossa Administração Pública, pois é nosso entendimento que ela se constitui como um elemento referencial e influente do Novo Futuro que queremos preparar.

Os desafios complexos e emergentes a que as sociedades contemporâneas estão sujeitas, exigem respostas robustas, percetíveis e eficazes, por parte dos Governos e das instituições, que satisfaçam os anseios dos cidadãos. As novas tecnologias, a digitalização, os populismos políticos, o





envelhecimento da população, o reforço da consciência ambiental, uma nova cultura de mobilidade e de comunicação são factos e tendências que exigem novas respostas, sobretudo em regiões periféricas como a nossa. *Ao mesmo tempo, fazem emergir novas oportunidades para desenvolver soluções e formas de atuação mais eficazes, com um impacto positivo na vida das pessoas, no meio ambiente e na confiança dos cidadãos nas instituições.*⁹ Para que isso aconteça, é necessário, na ótica do PS, reforçar a capacidade de criação de valor por parte da administração regional autónoma, através de uma relação permanente com a comunidade, promovendo o envolvimento ativo dos cidadãos e desenvolvendo serviços públicos inovadores, mais próximos e mais adequados às necessidades reais das pessoas e às exigências da vida em sociedade. Por isso, a inovação deve constituir uma capacidade transversal da administração regional autónoma, fundamental para melhorar os bens e serviços que presta, bem como criar um ecossistema que faça percecionar a transparência dos processos e torne mais eficaz e célere as soluções e decisões, numa lógica de coesão regional e democratização.

A reflexão, sobre a adequação da Administração Regional Autónoma aos desafios do mundo atual e das medidas para reforçar a sua transparência e capacidade de resposta, deve envolver trabalhadores e dirigentes da Administração Pública, bem como os destinatários dos serviços públicos regionais, sejam eles cidadãos ou empresas.

Uma política orientada para a prestação de serviços públicos eficazes e transparentes deve centrar-se em investir em quatro eixos transformadores.

O que pretendemos:

Uma política orientada para a prestação de serviços públicos eficazes e transparentes deve centrar-se na aposta em 3 eixos transformadores.

- I. **Apostar nos trabalhadores públicos e desenvolver a gestão**, com três objetivos estratégicos:
 - Criar formas mais transparentes de recrutamento de trabalhadores, e adaptadas à realidade regional, promotores da excelência de dirigentes e gestores públicos;

⁹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2020 | DR



- Mobilizar e capacitar os trabalhadores e dirigentes, orientados para a prestação de serviços públicos; e
- Valorizar o capital humano e premiar o mérito, como forma de motivar e reter trabalhadores na administração regional autónoma e melhorar a qualidade dos serviços públicos;
- Planear os recursos humanos de forma integrada.

II. **Investir em inovação e simplificação administrativa, visando:**

- Eliminar barreiras burocráticas;
- Explorar a tecnologia digital.

III. **Reforçar a proximidade**, com dois objetivos:

- Promover a integração e a inclusão no atendimento;
- Fortalecer os serviços públicos de proximidade.

--Apostar nos trabalhadores públicos

Criar formas expeditas, transparentes e escrutináveis de recrutamento de trabalhadores, adaptadas à realidade regional

O que pretendemos:

- Conceber um **Procedimento Concursal de Recrutamento Geral**, destinado à constituição de uma **Bolsa de Recrutamento de Ilha**, pelo menos no que se refere a perfis de trabalhadores que constituam necessidades comuns de um conjunto de empregadores públicos regionais, sediados em cada uma das ilhas (assistentes operacionais; ,assistentes técnicos; ,técnicos superiores de áreas transversais à administração regional autónoma, como sejam juristas, economistas, assistentes sociais e outras áreas técnicas);
- Fazer coexistir o novo Procedimento Concursal de Recrutamento Geral com um **Procedimento Concursal de Recrutamento Especial**, para trabalhadores cujo perfil, pela sua especialização e necessidades restritas dos serviços, não justifique lançar mão de um recrutamento geral;



- Promover a especialização de agentes responsáveis pelo recrutamento, alargando as competências da **Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública Regional à atuação de entidade de recrutamento geral de ilha;**
- Estabelecer que a **composição e designação da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública Regional** é feita **pela Assembleia Legislativa**, promovendo-se a independência dos seus integrantes e a transparência da sua atuação.
- Fomentar a **utilização das tecnologias de informação nos procedimentos de recrutamento e seleção de pessoal**, garantindo maior celeridade e estabelecimento de procedimentos.
- Reformular os **métodos de seleção**, imprimindo maior rigor e objetividade aos procedimentos concursais de recrutamento.
- Simplificar e Desburocratizar os procedimentos, **abreviando prazos e diminuindo fases administrativas**, garantindo sempre o exercício do direito de audiência prévia perante decisões finais para os interessados, bem como as garantias impugnatórias das decisões;
- Sujeitar à qualificação prévia da **Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública Regional**, a nomeação dos **Gestores Públicos e dirigentes dos Fundos e Serviços Autónomos equiparados a cargo de direção superior de primeiro e segundo grau.**

Mobilizar e capacitar os trabalhadores e dirigentes, orientados para a prestação de serviços públicos.

O que pretendemos:

- Dotar as lideranças das competências certas para os desafios do futuro da administração regional autónoma e a capacidade de utilizar os instrumentos adequados para impulsionar a inovação, desenvolver as equipas e fomentar o trabalho colaborativo, utilizando os recursos de forma eficiente na criação de valor para a sociedade.

Para apoiar este objetivo estratégico foram identificadas medidas orientadas para a consolidação de uma estrutura de aprendizagem da liderança no sector público, para o alargamento de um modelo de capacitação de futuros líderes, bem como a capacitação contínua e reforçada dos trabalhadores, para melhores respostas no âmbito dos serviços públicos a prestar.





Uma Administração Pública que mobiliza e capacita os seus trabalhadores é uma administração que permite e institui medidas de **conciliação da vida pessoal, profissional e familiar**, nomeadamente através de formação, teletrabalho e regimes de horário a tempo parcial, em condições que não agudizem as assimetrias sociais de género preexistentes e que promovam a igualdade de género.

Valorizar o capital humano e premiar o mérito, como forma de motivar e reter trabalhadores na administração regional autónoma

Apesar de o tema salarial ser um fator básico e aquele em que se centram as atenções, sobretudo em época de inflação, é imprescindível que não se perca o foco em todas as dimensões que são importantes para atrair, motivar e manter produtivos os trabalhadores da administração pública, num contexto periférico, disperso e de recursos limitados como é o nosso.

A igualdade e a valorização do fator trabalho foram, desde sempre, matérias centrais para a esquerda e devem constituir uma preocupação fundamental também no quadro da administração pública.

Todavia, estas matérias tão caras aos socialistas, não são incompatíveis com uma visão de mérito e reconhecimento do trabalho realizado por cada um ou por cada equipa, nem tão pouco devem ser apartadas de preocupações como a sustentabilidade financeira das decisões que hoje se tomam, porquanto, é muitas vezes sobre os trabalhadores públicos que as decisões irresponsáveis, neste âmbito, acabam por se repercutir.

Por isso, é importante tornar mais atrativo o emprego público, também através da valorização de carreiras e de salários na administração pública regional, apostando em sistemas de incentivo à qualificação superior de trabalhadores públicos, através de bolsas de estudo - com a contratualização de compromissos de prestação de serviço público na Região.

–No desenvolvimento da gestão, pretendemos, para além do que já salientámos:

- ***Criar mecanismos de recrutamento de dirigentes e gestores públicos verdadeiramente promotores da excelência, especialmente ao nível de altos cargos da administração pública e do sector empresarial regional;***
- **Eliminar decisões políticas discricionárias** ou limitadas a *short list* de candidatos, **no âmbito do procedimento de seleção e recrutamento de dirigentes intermédios** (Diretores





de serviços e chefes de divisão), terminando com nomeações provisórias ou de curricula à medida, **que sem qualquer procedimento concursal a montante** são hoje totalmente incompatíveis com o Estado de Direito e a participação democrática dos cidadãos nos poderes públicos. Naturalmente, haverá sempre situações em que os cargos ou funções a exercer dependem de especial confiança política do órgão superior da administração pública regional, mas devem ser sempre a exceção bem identificada e nunca a regra.

Fortalecer a gestão do desempenho para melhorar a qualidade dos serviços públicos

A melhoria dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas poderá ser alcançado através de modelos de gestão adaptados às diversas realidades organizacionais que se podem e devem traduzir na **simplificação do quadro normativo dos instrumentos de gestão**, com balizas legais amplas, que garantam a coerência com flexibilidade, deixando margem para a apropriação pelas equipas dirigentes, desde o planeamento estratégico e operacional, até à monitorização, avaliação e prestação de contas.

Planear os recursos humanos de forma integrada

Para o PS é necessário que as entidades públicas regionais passem a realizar um planeamento atempado dos seus recursos humanos. Esse planeamento de admissões deve ser plurianual, a fim de evitar a perda de capacidade operacional e conhecimento, garantindo tanto a dimensão quantitativa quanto a qualitativa das competências individuais necessárias. Além disso, é essencial que esse planeamento inclua uma vertente de promoção da aprendizagem, permitindo que os trabalhadores ajustem o seu perfil de competências com base nas mudanças nos modelos de organização do trabalho. No âmbito desse processo, é fundamental manter uma visão global da administração regional autónoma e considerar mecanismos de gestão de trabalhadores que possam eficazmente mobilizar competências de acordo com necessidades e projetos prioritários.

--Investir em inovação e simplificação administrativa

O desafio central reside em aproveitar a tecnologia digital para oferecer aos cidadãos e empresas serviços seguros, acessíveis e sem complicações. Isso implica facilitar e reduzir interações, disponibilizar e reutilizar dados, além de promover a eficiência, sustentabilidade e simplificação dos processos na administração regional autónoma. Um bom exemplo de uma boa política a implementar 60





seria garantir a disponibilização do **acesso e acompanhamento dos procedimentos de decisão online**, simplificando os respetivos trâmites procedimentais e garantindo formas de atuação tecnológica (balcões únicos), interação multicanal, reutilização de informação, reforço da cultura de simplificação, transparência e integração de processos.

--Reforçar a proximidade

Promover a integração e a inclusão no atendimento

A transformação digital da Administração Pública não deve excluir a existência de outros canais de acesso ao serviço público além do digital. A rede RIAC, expressão de uma colaboração estreita entre serviços públicos que urge aprofundar, é uma forma de garantir a inclusão no acesso, não só pelo facto de estes espaços assegurarem o atendimento presencial e a mediação com muitos serviços disponíveis online, mas também por cobrirem boa parte do território da Região Autónoma dos Açores. É por isso importante **tornar mais inclusivos os espaços** (físicos e virtuais) **de atendimento, reforçar a utilização de estratégias omnicanal**, nomeadamente, disponibilizando novos serviços em balcão único e **promover a desconcentração de serviços públicos**, numa lógica de local e de ilha.

4.3. REFORMA DAS INSTITUIÇÕES E DA AUTONOMIA

Foram concluídos os trabalhos preparatórios e de avaliação da Comissão Eventual Parlamentar para o Aprofundamento da Autonomia, com o objetivo de identificar propostas a introduzir no âmbito de futuras iniciativas de revisão constitucional e/ou de revisão do Estatuto Político-Administrativo. Alguns pontos a que se chegaram, revelam um consenso alargado, ainda que merecedores de diferentes soluções); outros merecem uma posição expressa individual do Partido Socialista/Açores. Nesse sentido, devem ter especial tratamento e aprofundamento alguns domínios.

O que pretendemos:

- **Desencadear um processo de revisão constitucional extraordinária** indo ao encontro das suas pretensões e atendendo às reflexões realizadas ao longo dos últimos anos;
- **Extinguir a figura do Representante da República**, com transferência das competências relativas à assinatura dos diplomas regionais para o Presidente da República;



- **Rever a Lei das Finanças Regionais**, atualizando-a e adaptando-a às necessidades da realidade específica de cada uma das Regiões Autónomas, ponderando introduzir, por exemplo, questões como a do financiamento de Obrigações de Serviço Público de Transporte Aéreo;
- **Rever o quadro de competências partilhadas ou de exercício conjunto com a República**, prevendo-se instrumentos transversais de codecisão que acautelem o interesse regional e o interesse nacional;
- Complementarmente, promover o **aprofundamento da intervenção da Região nos processos de preparação de decisões no quadro da União Europeia**, sempre que respeitem a matérias que constitucional e estatutariamente correspondam a competências próprias;
- Concretizar uma **maior intervenção** das Regiões Autónomas em sede de gestão e exploração dos espaços marítimos respetivos, com efeitos na **revisão da Lei de Bases da Política de Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo Nacional** que assegure o equilíbrio de todos os interesses em presença e a valorização do princípio da subsidiariedade, nomeadamente através de uma participação qualificada das Regiões Autónomas;
- **Abrir a possibilidade de autorizações legislativas em certas matérias hoje vedadas** (por exemplo, a possibilidade de legislar em matérias de direitos, liberdades e garantias, diretamente ligadas às atividades económicas para as quais a Região já tem competência legislativa);
- Assegurar a institucionalização e posterior dinamização do **Conselho de Concertação com as Autonomias Regionais**, composto por membros dos governos da República e regionais, com o objetivo de valorizar o papel das Regiões Autónomas no exercício das funções do Estado, seja pela participação e colaboração no exercício das competências estatais nessas regiões, seja pelo estabelecimento, quando necessário, de mecanismos de colaboração nas respetivas políticas públicas;
- Clarificar e adequar a **repartição de competências entre o Estado e as Regiões Autónomas** quanto ao domínio público, designadamente o **Espacial**;
- Designar **um juiz para o Tribunal Constitucional** por cada Região Autónoma, eleito pelos respetivos parlamentos regionais;
- Alterar o **regime do estado de sítio e do estado de emergência**, atribuindo à Região competência para a sua execução no território regional.



As matérias elencadas não esgotam as justas pretensões quanto ao aprofundamento das Autonomias Regionais – que tem sido sempre concretizado em todos os processos de revisão constitucional de natureza substancial, o último dos quais teve lugar em 2004 – as quais devem ser articuladas com o trabalho que já foi sendo desenvolvido no parlamento açoriano, através da Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia e as posições próprias de cada partido, expressas nos respetivos projetos de revisão constitucional.

A procura do consenso político regional ao nível do âmago da autonomia regional é essencial para o sucesso de um processo de revisão constitucional que seja favorável às regiões insulares. Se não houver consenso político regional nestas matérias, dificilmente haverá consenso numa Assembleia da República investida de poderes de revisão constitucional, tanto mais conhecida que é a sua fragmentação atual. Só com capacidade política de diálogo e de consenso, quer ao nível regional, quer ao nível nacional, é possível levar a bom termo esta empreitada que deve ser considerada na ponderação da devida oportunidade política.

4.4. COMUNICAÇÃO SOCIAL FORTE E SUSTENTÁVEL

Os Açores são, desde sempre, um viveiro de órgãos de comunicação social, com uma dimensão muito superior ao que poderia indiciar o seu território insular e geográfico.

Se essa tradição assumiu um caráter secular, que se confunde com a defesa intransigente das aspirações regionais e autonómicas, não deixa de ser notório que se mantém atualmente, bastando referir que, na Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC), estão inscritas 46 entidades proprietárias de órgãos de comunicação social nos Açores.

Estamos, por isso, perante um exemplo significativo de uma Região que preza a liberdade de imprensa e o pluralismo de opinião, pedras angulares de um sistema democrático e plural, que encontrou na Autonomia Político-Administrativa o meio e a forma da sua governação pública.

Isso representa uma dupla responsabilidade: das entidades públicas, de preservarem a liberdade de imprensa, e dos órgãos de comunicação social, de a defenderem e promoverem quotidianamente.





No respeito integral e absoluto pelas competências e atribuições de cada uma das partes, as mesmas terão de concertar posições e estratégias que permitam que os Açores continuem a dispor de uma comunicação social forte, isenta e livre.

Essa estratégia regional para uma comunicação social forte, isenta e livre tem de dar resposta a **dois níveis de desafios com que se confronta, um de carácter estrutural, outro ao nível conjuntural.**

No primeiro caso, é irrefutável que a comunicação social nos Açores, à semelhança da de outras latitudes, enfrenta desafios como a “canibalização” da informação em meios digitais, a desinformação, a diminuição gradual e progressiva das receitas de publicidade e a menor propensão de novas gerações para o consumo de informação paga.

No segundo caso, a disrupção do mercado de matérias-primas fez disparar preços de produção nos últimos anos, fragilizando, em muitos casos, o equilíbrio financeiro dos operadores nesta área.

O atual contexto de dificuldades da generalidade dos órgãos de comunicação social justifica que o PS confira uma maior ênfase a esta temática.

O que pretendemos:

- Criar **mecanismos reforçados financeiramente** que respondam àquelas duas vertentes, num processo de diálogo com as empresas de comunicação social e com as entidades representativas dos seus trabalhadores;
- **Criar, mediante um processo legislativo de aprovação por 2/3 do parlamento, um órgão regional, colegial e independente, de carácter consultivo, que sente à mesma mesa as entidades públicas e privadas na concertação de estratégias para a prossecução do objetivo cimeiro:** uma comunicação social forte, isenta e livre.

Caberá a este órgão definir estratégias de sustentação e reforço da comunicação social regional que não partam de fora para dentro, mas antes do seu interior para as entidades públicas.

Nos casos específicos da **televisão e da rádio públicas**, a Região Autónoma dos Açores terá de assumir uma posição de **efetiva complementaridade face às competências nacionais**, através de um **programa quadrienal a aprovar na ALRAA**, que possa incluir o apoio à modernização de meios





e à produção regional de conteúdos, recuperando uma área que já mereceu o aplauso generalizado dentro e fora da Região.

A responsabilidade da administração regional, quanto aos órgãos de comunicação social, não se deve esgotar no assegurar e garantir as condições para sua sustentabilidade económica e pluralidade na informação. Num contexto de generalização das redes sociais e de fontes de notícias não sujeitas a escrutínio jornalístico, é uma obrigação dos poderes públicos providenciarem o acesso público a informação de órgãos de comunicação social regionais e nacionais, pelo menos em formato digital, nomeadamente, aos mais jovens, através do fornecimento de uma **assinatura digital gratuita dos 16 aos 20 anos**.

4.5. CULTURA E PATRIMÓNIO

A Cultura deve ser assumida, em toda a sua extensão, **como um bem estratégico regional**, de **elevado valor económico e geopolítico**, que tem efeitos na sustentabilidade do desenvolvimento da coesão social e territorial, e do desenvolvimento económico. Tão importante quanto a herança cultural recebida, é fundamental permitir que a Cultura açoriana evolua e se reconstrua em permanência face a novas expressões culturais contemporâneas, assim como as que emanam da multiculturalidade dos povos que já integram as nossas comunidades externas.

Todos os cidadãos têm **direitos CULTURAIS** que devem ser garantidos e desenvolvidos. A Cultura é interveniente inalienável na capacitação socioeducativa das comunidades, fixando identidade, gerando conhecimento, criatividade, inovação, compreensão e massa crítica. **A Cultura Açoriana é o alicerce identitário sobre o qual se define a Açorianidade e se constrói a Democracia e a Autonomia.**

É por isso importante valorizar e preservar o nosso património material e imaterial e as nossas tradições locais, fortalecendo a nossa identidade cultural. Utilizar a arte e a cultura como instrumentos de integração social; potenciar a nossa Região como um território de confluência de cultura entre a América e a Europa; abrir as portas a novas culturas, a novas expressões culturais que contribuam para nos assumirmos como uma Região cada vez mais cosmopolita, tolerante e respeitadora das diferenças.





Nas últimas duas décadas, assistimos, nos Açores, à dotação de uma moderna rede de equipamentos e de infraestruturas culturais, a par de um conjunto significativo de mudanças no sector cultural e criativo. O surgimento de novas entidades evidenciou uma vitalidade crescente, com múltiplas atividades a decorrer nas várias ilhas, resultando na renovação do sector associativo, no eclodir de novas formas artísticas e no desejo de jovens com formação específica (e superior) em querer fixar-se na Região e desenvolver, a partir daqui o seu trabalho.

A abertura dos apoios nacionais aos agentes culturais açorianos (em 2018) fez com que o caminho profissionalizante se operasse com outro fulgor, repondo equidade e justiça no acesso a condições e oportunidades idênticas aos restantes profissionais em território nacional. Este caminho de modernidade (e crescente profissionalização) não retira responsabilidade às instituições públicas regionais. Bem pelo contrário. Implica-as, sobremaneira, agindo em complementaridade com o financiamento externo, sem excluir ninguém, por forma a dar a melhor resposta às exigências e ambições dos artistas, dos criadores das entidades e de um público mais informado, heterogéneo e internacional.

É necessário perspetivar o futuro sem negligenciar o passado, no equilíbrio entre a riqueza identitária que nos une e diferencia e a contemporaneidade que habita o presente, conscientes das assimetrias e das idiossincrasias do território, o que, deverá ser encarado como um desafio permanente a que temos de saber dar resposta.

A par da consolidação do trabalho desenvolvido na conservação, salvaguarda, catalogação e inventariação de património móvel, imóvel, intangível e digital dos Açores, importa incrementar a fruição pública do património e melhorar a oferta cultural no todo arquipelágico.

O património não pode ser tratado como arquivo morto. A Cultura é preservação e, simultaneamente, criação, construindo-se através desta relação dinâmica.

Nos Açores, o investimento na Cultura é crucial para a promoção da coesão, combatendo as desigualdades sociais e regionais.

As metas da Agenda 2030 no caminho para um desenvolvimento sustentável não podem sedimentar-se, somente, no crescimento económico *per se*; implicam que se encare a Cultura como uma área





estratégica no desenvolvimento social e territorial e não reduzida à sua dimensão de produto massificado e indiferenciado.

O PS está convicto da importância que a Cultura tem para a Economia e ciente dos impactos sociais e culturais que uma economia robusta promove em sociedade.

Neste sentido, são necessárias e fundamentais políticas culturais adaptadas a este tempo, às instituições e à pluralidade de agentes e atores que interagem neste palco multifacetado.

É por esta ideia de **Um Novo Futuro** que devemos pugnar, pelo investimento e pela capacitação continuada dos indivíduos, como cidadãos/criadores informados e interventivos nas suas comunidades, atentos ao seu território, mas abertos ao mundo, ao invés de um olhar que interpreta o indivíduo como uma audiência ou uma massa amorfa de consumidores (culturais).

A Cultura permite diferenciar o território e tem um papel decisivo na qualificação da oferta turística. A vida cultural das diversas ilhas da Região, incluindo o património, é um dos principais impulsos que levam as pessoas – tanto residentes, como turistas – a querer conhecer o(s) lugar(es).

Na ótica da organização governamental, urge dotar esta área sectorial de maior autonomia e condição hierárquica e capacitá-la com um orçamento que a dignifique e que seja capaz de responder a quem, neste sector, cria e trabalha.

O que pretendemos:

- A política cultural de um Governo deve assumir-se na sua transversalidade, sendo necessário proceder à sua dignificação orgânica num futuro governo do PS e um reforço orçamental face à média dos últimos anos;
- Estabelecer convergências entre o Estado central, a Região e a administração local, assim como procurar ou renovar parcerias com a sociedade civil e os inúmeros promotores de natureza associativa e privada.
- Aumentar o peso específico do sector cultural e da indústria cultural e criativa (ICC) no modelo social e produtivo da Região, enquadrando a profissionalização dos artistas e aumentando o seu peso no PIB regional.





- Adaptar o **Estatuto dos Profissionais da Cultura à RAA** combatendo designadamente a precariedade e os falsos recibos verdes no sector e aumentando a proteção social em todas as eventualidades, como o desemprego, a doença, a parentalidade, as doenças profissionais, entre outros;
- Garantir do ponto de vista institucional os **direitos de autor** decorrentes do direito de invenção, produção e divulgação da obra cultural; ao mesmo tempo, no caso de os direitos de autor serem propriedade da RAA, facilitar o seu acesso a bem do interesse público.
- Rever os concursos a apoios sustentados às artes e manifestações da cultura popular, incluindo os grupos folclóricos;
 - **Definir um plano estratégico para o universo das Filarmónicas**, que inclua a melhoria do SOREFIL e a criação de uma bolsa de formação consistente e com formadores certificados para maestros e músicos, articulação com os conservatórios regionais e parceria técnica para adaptação dos palcos das coletividades para acolhimento de diversos espetáculos. Estudar a possibilidade de criação de uma bolsa de instrumentos (a nível regional ou de ilha) e de um programa de aquisição de partituras;
- **Desenvolver um amplo programa de parcerias com instituições nacionais de referência** (Centro Cultural de Belém, Companhia Nacional de Bailado, Fundação Gulbenkian, Fundação Serralves, Teatros Nacionais, etc.) no domínio das Artes Performativas, Arte Contemporânea e Artes Visuais, por forma a intentar a circulação, a itinerância nacional (e internacional) de artistas e de estruturas artísticas sediadas na Região para o necessário confronto com outros públicos (e realidades).
- As clássicas instituições de guarda de acervos patrimoniais, museus, bibliotecas e arquivos, devem interiorizar dinâmicas de abertura, o acesso aos seus espólios a públicos não locais, assim como que criar metodologias de efetivo trabalho em rede ou em parceria regional, nacional e internacional;
- Digitalizar os acervos, criação de repositórios de preservação digital e ou disponibilização online a públicos distantes desses conteúdos disponíveis no PRR;
- Criar um novo **Estatuto do Mecenato** Regional que não se limite a discutir benefícios;





- Incrementar a conceção, promoção e implementação de programas e ações culturais que integrem e valorizem a **criatividade, a arte e a cultura**, como formas de combate à exclusão social, de promoção da coesão territorial;
- Descentralizar as principais instituições culturais públicas em polos de dinamização cultural local, sobretudo em comunidades com problemas sociais, e favorecer as condições em que os espetáculos possam chegar às pessoas geralmente privadas de os ver;

4.6. ABERTURA E REFORMA DO PS/AÇORES

O PS/Açores vive hoje um momento de transição. Depois de um ciclo longo iniciado pela “Nova Autonomia”, que possibilitou rasgar novos horizontes numa Região que, é bom não esquecer, estava fechada sobre si própria, afogada financeiramente e sem perspetivas de desenvolvimento. A governação do PS injetou uma nova energia nos Açores, rasgou novos horizontes e devolveu esperança e perspetivas de desenvolvimento inclusivo aos açorianos por todas as nove ilhas. Hoje, o PS/Açores está na oposição. Continuamos, ainda assim, a ser o único partido político com representação parlamentar nas nove ilhas dos Açores e com o mesmo número de deputados do maior partido do Governo, o PSD.

Mas, o fim de um ciclo que deu muitas vitórias ao PS e trouxe muitas vantagens aos açorianos, representa, igualmente, desafios a ultrapassar e oportunidades a aproveitar. Em primeiro lugar, o desafio de atualizar o PS, ao nível programático, de construção de soluções políticas concretas para a vida das pessoas, mas também quanto ao modo como se organiza e atrai novos quadros e jovens à participação na *res publica*. Depois, este novo ciclo representa também a oportunidade de o PS se renovar para, novamente, liderar com capacidade e competências readquiridas um novo ciclo de transformação da nossa Região.

Sabemos bem que o caminho não será fácil nem está isento de obstáculos. Sabemos bem, ainda, que há um trabalho de reconciliação do PS/A com parte da sociedade açoriana que, por alguma razão, se afastou de nós nos últimos anos. Sabemos, ainda, que não podemos mudar para que, na prática, fique tudo na mesma. Sabemos, também, que este não é um trabalho exclusivo de um líder, de uma equipa de dirigentes locais, de ilha ou regionais, mas que deve envolver, na medida do





possível, todos os militantes que estejam disponíveis para colaborar e ajudar a afirmar o projeto do PS/Açores para dar **Um Novo Futuro** à nossa Região.

Não ignoramos, também, que não há projetos políticos que reúnam o apoio unânime de todos quantos fazem parte de um partido. Nem isso é indispensável num contexto de mudança necessária. Mas, no atual contexto, em que o PS/A se prepara para encetar um novo ciclo de renovação, este também é o momento para que todos venham a terreiro, contribuindo ativamente com propostas para a reflexão e com soluções para o caminho que devemos fazer nos próximos anos. Este é, pois, o tempo de realizarmos um aturado debate e, depois, de nos unirmos para servir os Açores e os Açorianos.

O PS/Açores precisa de se revigorar internamente. De atrair novas pessoas à participação e de congregar, também, os nossos militantes que se afastaram da participação. O PS/Açores necessita de se modernizar, de realizar um profundo trabalho em cada uma das nossas freguesias, de retomar o caminho da proximidade entre dirigentes e militantes e entre estes e as forças vivas e dinâmicas que existem em cada freguesia açoriana.

A nível interno, temos de criar mecanismos que facilitem e motivem a participação. Queremos um PS/Açores de portas abertas a todos aqueles que querem participar na construção de **Um Novo Futuro** para os Açores.

O próximo ciclo político tem, já no próximo ano, eleições autárquicas. São eleições em que assumimos um objetivo: reforçar o número de câmaras municipais, assembleias municipais e juntas de freguesia. Para isso, vamos iniciar, já a partir da eleição do novo Presidente do PS/A, um intenso trabalho preparatório, em cada freguesia, em cada concelho, para, até ao final do corrente ano, termos concluído o essencial deste trabalho e para que 2025 seja dedicado à execução deste objetivo essencial.

Vamos, ainda, começar, a partir do próximo congresso, a preparar o **Fórum para um Novo Futuro dos Açores**, o qual pretendemos que seja um amplo espaço de liberdade e de participação cívica, que congregue socialistas e não socialistas, empenhados numa reflexão séria, sem dogmas, sobre o presente e sobre o futuro dos Açores.





Do mesmo modo, vamos também avançar com a **Academia de Políticas Públicas**, a qual pretendemos que seja uma verdadeira escola de formação para os jovens socialistas, dotando-os de conhecimento e de experiência para que estejam preparados para se envolver politicamente no **Novo Futuro** que, com eles, queremos construir para os Açores.

A nível interno, vamos agilizar procedimentos e promover uma ampla e regular auscultação das bases do PS/Açores. Para além de pretendemos instituir um **regime de incompatibilidades** que, na prática, reduza ou impeça a acumulação de funções executivas no PS/A, por parte de um mesmo dirigente, iremos procurar dinamizar a participação também das nossas organizações autónomas, com destaque para as **Mulheres Socialistas** e para a **Juventude Socialista**.

O PS/Açores tem de ser o que sempre foi ao longo da história: um partido interclassista, intergeracional, progressista, que conta com um amplo apoio social, sobretudo das camadas mais jovens.

Os jovens têm diferentes e variadas necessidades ao longo da sua vida – de educação, de intercâmbio cultural, de informação, de mobilidade, de preocupação com o contexto que os rodeia, de redução da precariedade, de habitação, de rendimento, de constituir família, etc. – e, em todos estes momentos e fases, que muitas vezes se sobrepõem, o PS e a JS devem estar presentes com respostas adequadas para provir estas expectativas.

O PS/Açores é um partido com ligações naturais com o mundo do trabalho, nomeadamente, junto do movimento sindical e, também, diretamente, junto dos trabalhadores das empresas públicas e privadas e de instituições públicas. No dia-a-dia do PS, as ações e decisões que tomamos, têm, impreterivelmente, impacto, nem que seja por externalidade, na vida destas pessoas. Por isso, é fundamental conhecermos de perto esta realidade do mundo sindical e dos trabalhadores da Região, **elegendo no espaço de um ano uma secção regional da Tendência Sindical do PS e criando secções Temáticas junto dos principais empregadores** (empresas, IPSS's e instituições públicas dos Açores).

Os nossos Açores são uma terra de emigrantes, gente que partiu à procura de uma vida melhor para si e para os seus, mas que nunca esquece de onde partiu e o que deixou. Os nossos emigrantes são, também, pela especialização que adquiriram, importantes ativos para impulsionar um Novo Futuro para os Açores. A ligação à nossa diáspora é um indispensável ativo da nossa Região e do





Partido Socialista. As relações que temos com as nossas comunidades existem, muitas vezes, de uma forma informal através das relações pessoais existentes entre os dirigentes do PS e emigrantes, outras vezes, formalizadas através de Secções do PS no estrangeiro. Em boa verdade, esta relação para ser mais aprofundada, como desejamos, necessita de ser organizada e instituída no PS/Açores, através da **criação de um Departamento para a Diáspora** com essa responsabilidade.



UM NOVO FUTURO.

▶▶ FRANCISCO CÉSAR



AÇORES